

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação



1290002581



FE

TCC/UNICAMP W746c

O cooperativismo como possibilidade de recuperação do poder coletivo dos trabalhadores

**Uma análise comparativa entre experiências brasileiras e
argentinas**

Autora: Ioli Gewehr Wirth

Orientador: Prof. Dr. Newton A. P. Bryan

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial para a
conclusão do curso de Pedagogia, da
Faculdade de Educação, da Universidade
Estadual de Campinas, sob orientação do
Professor Dr. Newton Bryan.

Campinas, SP
2005

200520842

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

UNIDADE.....	F.E
Nº CHAMADA:	7001001000
	W746c
V:.....EX:.....	
TOMBO:.....	2581
PROC:.....	8612005
C:.....D:.....	X
PREÇO:.....	2511,00
DATA:.....	20/05/05
Nº CPD:.....	365003

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

W746c Wirth, Ioli Gewehr.
O cooperativismo como possibilidade de recuperação do poder coletivo dos trabalhadores : uma análise comparativa entre experiências brasileiras e argentinas / Ioli Gewehr Wirth. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador : Newton Antônio Paclulli Bryan.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Autonomia. 2. Economia – Aspectos sociais. 3. Cooperativismo. 4. Educação comparada. I. Bryan, Newton Antônio Paciulli. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

04-139
RP/FE

Resumo

Este trabalho interpreta algumas experiências em cooperativismo, brasileiras e argentinas, como possibilidade dos trabalhadores - compreendidos enquanto classe trabalhadora - recuperarem seu poder coletivo historicamente expropriado. Os principais referenciais teóricos para esta análise são Rozitchner (1989) e Castoriadis (1982, 1999). O surgimento histórico do movimento cooperativista é contextualizado na introdução. Em seguida, é traçado um paralelo com o cooperativismo contemporâneo. A partir daí, são eleitas algumas experiências cooperativistas para análise, dentre as quais se destacam as cooperativas escolares argentinas, formadas por alunos e inspiradas em uma proposta pedagógica cooperativista.

O trabalho foi construído a partir de análise bibliográfica e documental e a partir das experiências concretas em cooperativismo vivenciadas no Brasil, através da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UNICAMP; e, na Argentina, através do contato com órgãos competentes (Instituto Nacional de Economia Social - INAES e Ministério de Educação da província de Córdoba).

Abstract

This work interprets some Brazilian and Argentinian experiences in cooperativism, as a possibility of the workers - understood while a diligent classroom - to recoup its collective power historicly expropriated. The main theoretical references for this analysis are Rozitchner (1989) and Castoriadis (1982, 1999). The historical sprouting of the cooperativist movement is contextualized in the introduction. After that, a parallel is traced with the contemporary cooperativism. From there, some cooperativist experiences for analysis are elect, as the Argentinian schoolar cooperatives, constituted by inspired pupils and in a proposal pedagogical cooperativist.

The work was constructed from documentary bibliographical analysis and some concrete experiences in cooperativism lived deeply in Brazil, through the Technological Incubator of Popular Cooperatives - ITCP/UNICAMP; and, in Argentina, through the contact with some competent institutions (National Institute of Social Economy - INAES and Ministry of Education of the province of Cordoba).

Agradecimento

Este trabalho não teria sido possível sem uma prática junto às cooperativas e junto aos espaços de discussão do cooperativismo. Reflete algumas dúvidas e alguns caminhos de ação, que são construídos coletivamente nestes lugares. Está repleto de uma vontade partilhada, sonhada, que move estes espaços, a vontade de construir, de tentar, de inventar alternativas ao modo de produção e conseqüentemente ao modo de vida capitalista que se nos impõe cotidianamente.

Agradeço às cooperadas e aos cooperados da cooperativa Barão, da cooperativa Bonsucesso e da recém formada Associação das Cooperativas de Campinas (ACOOOP), que são lugares da construção da autogestão popular.

Agradeço aos companheiros e principalmente às companheiras de trabalho da equipe Rede, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UNICAMP, por todas as experiências de incubação junto às cooperativas.

Agradeço aos amigos argentinos e às amigas argentinas pelos momentos e sentidos partilhados, na “Facultad de Ciencias de la Educación – UNER” nas praças, casas... o que me permitiu assumir uma identidade latino-americana. Agradeço especialmente ao Professor em cooperativismo Pedro Aguer, que prontamente colocou-me em contato com as pessoas e os órgãos responsáveis pelo cooperativismo e cooperativismo escolar, na Argentina. Agradeço principalmente a professora Alicia Naput, por ter me apresentado e discutido comigo o autor argentino Leon Rozitchner.

Agradeço a orientação do Professor Dr. Newton Paciulli Bryan, que desde os primeiros anos de graduação me possibilitou acesso a diferentes espaços de pesquisa.

*"Sonho que se sonha só
é só um sonho que se sonha só,
mas sonho que se sonha junto
é realidade."
Raul Seixas*

Índice

1. Apresentação.....	05
2. Introdução histórica sobre cooperativismo.....	07
2.1 Contexto de surgimento da classe trabalhadora	07
2.2 Cooperativismo, uma organização dos trabalhadores	12
3. Introdução teórica.....	17
3.1 Rozitchner: a expropriação do poder coletivo	17
3.2 Castoriadis: um projeto de autonomia.....	24
4. Cooperativismo e mundo de trabalho hoje.....	27
5. O cooperativismo e a autogestão no Brasil e na Argentina.....	30
6. Cooperativismo e educação formal na Argentina.....	36
6.1 Legislação.....	36
6.2 A proposta pedagógica cooperativista da província de Córdoba.....	38
7. Cooperativismo, educação formal e popular no Brasil.....	44
8. Conclusão.....	48
9. Referências bibliográficas	50
10. Outras Referências	51
11. Anexos	
Anexo 1A,B ----- Princípios do Cooperativismo	
Anexo 2 ----- Lei argentina 16.583 – Ensino do Cooperativismo	
Anexo 3A e B ----- Decreto argentino 1171/2003	
Anexo 4A, B, C e D-- Resolução legal que aprova a Proposta Pedagógica Cooperativista de Córdoba	

1. Apresentação

Este trabalho foi construído a partir de análise bibliográfica e documental e a partir das experiências concretas em cooperativismo vivenciadas no Brasil, através da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UNICAMP; e, na Argentina, através de uma experiência de intercâmbio acadêmico com a “Facultad de Ciencias de la Educación – Universidade Nacional de Entre Rios”. Neste intercâmbio foi possível conhecer diversas vertentes do movimento cooperativista argentino, além de uma estrutura legal que possibilita também o ensino e a prática cooperativista dentro das escolas públicas. Neste trabalho, comparamos algumas experiências brasileiras e argentinas em cooperativismo que querem ser alternativas ao modo de produção vigente e as analisamos, com base em um referencial teórico de Rozitchner (1989) e Castoriadis (1982, 1999).

Na introdução histórica relatamos o surgimento das primeiras cooperativas, resultantes, principalmente, das concepções dos socialistas utópicos; Em, seguida, na introdução teórica, discutimos a história da expropriação do poder coletivo dos trabalhadores, para o qual nos referenciamos em Rozitchner. Na segunda parte da introdução teórica propomos a possibilidade de recuperação destes poderes através da organização dos trabalhadores em cooperativas, espaços de ação autônoma democrática. Nesta temática, contrastamos categorias de Marx e Castoriadis que têm divergências em relação ao papel da organização popular e em relação a ação autônoma coletiva.

Nos capítulos que seguem, descrevemos o ressurgimento do cooperativismo no contexto atual do Brasil e da Argentina e interpretamos este ressurgimento como uma possibilidade de emancipação ou uma *possibilidade de recuperação do poder coletivo expropriado*.

“A cooperação perdida na história é, pois, real e ao mesmo tempo não o é: para que chegue a sê-lo requer que o operário a recupere como cooperação coletiva e própria no processo político, fora do processo de trabalho capitalista. Mas para isto deve pensar e imaginar sua recuperação como extensão do próprio poder que se abre a partir do corpo individual até reencontrar o dos demais” (ROZITCHNER, 1989 pp.97).

Neste sentido, analisamos alguns movimentos relacionados ao cooperativismo, mostrando como estes são instâncias “do poder coletivo recuperado”. Entre estas experiências situam-se as cooperativas escolares, que são compostas por alunos e nasceram de uma proposta pedagógica cooperativista desenvolvida na Argentina. Nesta planeja-se uma ação educativa que pode contribuir para a construção de uma consciência de trabalho e uma consciência e prática de gestão coletiva mais coerente como o cooperativismo.

2. Introdução histórica sobre cooperativismo

2.1 Contexto de surgimento da classe trabalhadora

Para localizar historicamente o cooperativismo optamos por analisar brevemente algumas categorias inerentes ao tempo histórico de seu surgimento. Usando o término de BOOKCHIN (1989), pretendemos neste primeiro momento caracterizar “a matriz social” da qual uma determinada concepção de tempo e a idéia de progresso são resultantes. A “matriz social” em questão é a Modernidade.

Durante a Idade Moderna, que oficialmente inicia em 1453 e se estende até 1789, nasce a idéia de progresso. A idéia de progresso possibilita à humanidade o planejamento de seu futuro. BURY (1971) define esta idéia como *“uma teoria que contém uma síntese do passado e uma previsão de futuro”*. Esta noção é completamente nova para sua época pois, rompe com concepções vigentes na Antigüidade e da Idade Média. Ao mesmo tempo, a idéia de progresso é uma idéia eminentemente política, pois ao conferir à humanidade o poder do planejamento de seu futuro – poder que anteriormente era divino - este se torna um lugar de disputa. Le Goff (2003) assume a disputa política que é impulsionada pela idéia de progresso e, por isso, a aborda em sua obra como um par dialético: progresso e reação. A idéia de progresso nasce portanto da negação de algumas categorias antigas e medievais e nasce também da disputa política em torno dela.

Le Goff (2003), afirma que na Antigüidade Greco-Romana imperavam as idéias do eterno retorno e do retorno cíclico. O tempo era medido através de anos solares e havia ascensões e declives a idade de ouro. Esta concepção cíclica do tempo limitava a condição humana a uma condição de espera, pois os acontecimentos já estavam determinados por Deus. Tais idéias encobriam a idéia de progresso.

“Para a grande maioria dos pensadores e dos chefes políticos, o essencial era não mudar. A mudança significava corrupção e desordem. Esta concepção é levada ao extremo no modelo conservador espartano. O tempo é inimigo do homem”. (Le GOFF, 2003, pp.237)

Como reação a esta idéia Le Goff (2003) apresenta, também na Antigüidade,

“(...) a luta dos oprimidos pela sua ‘felicidade’, que sem dúvida não implicam uma idéia de progresso geral, mas, pelo menos, a de um progresso possível da sua situação. Entre as idéias de revolta e progresso, há relações evidentes antes mesmo da noção universalista de revolução se encontrar de forma mais evidente com a de progresso”. (Le GOFF, 2003, pp. 237, 238)

Apesar de, na Antigüidade, quase não haver crença social que remeta a idéia de progresso, tampouco uma definição teórica de progresso, Le Goff (2003) encontra na análise de obras de autores desta época, alguns indícios do surgimento desta idéia. Assim, identifica em Platão uma crença em uma constante regressão moral. Nas tragédias de Ésquilo, Sófocles e Eurípedes o autor identifica a consagração dos avanços até então obtidos: a navegação, o arado, a caça, a domesticação dos animais, a palavra, a inteligência, a medicina etc.

Durante a Idade Média, há o triunfo do cristianismo e este se opõe à idéia de progresso principalmente por pregar que a vida na terra é decadente, que toda ambição dos homens é condenada por Deus e que qualquer esforço dos homens será em vão para tentar alterar a ordem pretendida por Deus.

No entanto, em alguns momentos da Idade Média, surgem evidências da idéia de progresso nos textos de alguns intelectuais. O século XII é uma época de apogeu econômico e técnico da cristandade ocidental expressa pela invenção do moinho d'água (depois de vento) e de suas aplicações, de novas técnicas de tecelagem, do desenvolvimento das cidades, dos nascimentos da escolástica e das universidades.

A idéia explícita mesmo de progresso se desenvolve no período entre a invenção da imprensa e a Revolução Francesa, quando Condorcet difunde, pela primeira vez, a idéia de que o progresso no conhecimento é causa do progresso social e gera liberdade e igualdade. Entre os fatores que favoreceram o nascimento da idéia de progresso podem ser citados a invenção da imprensa e a divulgação das idéias para os leigos, o nascimento da ciência moderna: o sistema copernicano, a obra de Galileu, o cartesianismo e o sistema de Newton, a confiança na razão; o mundo físico, moral e social é governado por leis. (Le GOFF, 2003)

Esta idéia só surgiu devido a um clima intelectual existente naquela época. Já havia acontecido a ruptura com o pensamento medieval que se justificava, para o povo, através da fé e da obediência a Deus. A categoria progresso está situada dentro de outra lógica de pensamento, dentro de outra matriz social, onde o homem é entendido como o centro da vida – antropocentrismo (em oposição ao teocentrismo vigente anteriormente) - e a humanidade como auto-responsável por seu avanço.

“O conceito de progresso deriva seu valor, seu interesse e seu poder de suas referências ao futuro. É possível conceber que a civilização tenha avançado

gradualmente durante o passado, mas a idéia de progresso não aparece até que se conceba que a civilização está destinada a avançar indefinidamente no futuro” (BURY, 1971).

A idéia de progresso está relacionada também a uma mudança de concepção de tempo. É na Idade Moderna que é criado o relógio. MUMFORD (1982) conta a história da criação deste objeto e analisa como ele se torna fundamental para estabelecer a lógica do capital e do tempo produtivo. É o relógio que cria um mecanismo de controle do tempo, um mecanismo que substitui o ritmo biológico por um ritmo ditado de fora para dentro, um ritmo que unifica todos os tempos, gerando a sincronização do trabalho humano.

Na Modernidade portanto, uma matriz social baseada na confiança na razão, é possível o aparecimento da idéia de progresso paralelo a necessidade de quantificar o tempo para melhor explorar o trabalho e o espaço.

Um dos acontecimentos onde é possível verificar concretamente a presença das concepções de tempo e de progresso, na Idade Moderna, é a Revolução Industrial. A Revolução Industrial significa também o surgimento da classe trabalhadora. É possível, portanto, além de verificar as categorias acima expostas, compreender, neste contexto, por quem são politicamente apropriadas.

MUMFORD (1966) oferece um panorama claro deste contexto. Através de “Coketown¹” o autor descreve como estavam estruturadas as primeiras cidades industriais. “Coketown” estava organizada em função da mina de carvão, da fábrica e da ferrovia. O fornecimento de água, os serviços sanitários e a limpeza da cidade não estavam contemplados nesta estrutura. A cidade era uma imensa massa cinza e os seus rios serviam para o escoamento de toda a sujeira. Era então, uma cidade organizada para o progresso, que tinha como objetivo político a consolidação da indústria pesada.

Os empreendedores do capitalismo industrial tinham uma concepção utilitária dos corpos dos trabalhadores. Estes eram, na ótica do industrial, peças necessárias ao funcionamento da grande máquina produtiva e enquanto peça, a todo momento substituíveis. MUMFORD diz que os trabalhadores eram corpos descartáveis, “(...)eram mutilados quase com tanta rapidez como teriam sido em campos de batalha” (MUMFORD, 1966, pp.597).

¹ “Coketown” foi traduzido para o espanhol como “Villa Carbón”, o que significa cidade do carvão. O tradutor brasileiro preferiu manter o nome original.

O controle do tempo, a máxima exploração do espaço, da natureza e dos seres humanos denota uma racionalidade instrumental, são ações orientadas por um fim racionalmente estipulado. Como crítica a esta racionalidade instrumental BURY (1971) conclui seu texto com a seguinte definição de progresso “uma idéia verdadeira ou falsa. Crer nela exige um ato de fé.” Ou seja, o que para uns significa progresso para outros pode ter o sentido de regresso. Com o mesmo posicionamento crítico em relação a esta racionalidade instrumental dominante na época, BOOKCHIN (1999) lembra “O que esquecemos durante este processo é que nós também ocupamos o mesmo mundo que tratamos de mecanizar” (BOOKCHIN, 1999).

A mutilação dos corpos e as más condições a que os trabalhadores eram submetidos eram justificadas, através desta racionalidade instrumental, como um sacrifício necessário ao progresso. A cidade era para o trabalhador o espaço da luta pela sobrevivência. Presos a satisfação da necessidade imediata, não lhes restava outra alternativa, senão a submissão ao trabalho árduo e a permanência na cidade, que refletia, em todos os seus espaços, o mal estar do ambiente de trabalho. O corpo dos trabalhadores não doía somente durante a atividade laboral, doía também durante os curtos intervalos entre uma jornada de trabalho e outra, doía porque sua casa, a rua, não eram espaços pensados para a vida, mas como depósito de corpos ou circulação de corpos-peças e mercadorias.

HOBSBAWM em sua análise da situação dos *trabalhadores pobres* relata o reaparecimento das grandes epidemias, reflexo da falta de organização urbana e constata: “Os terríveis efeitos deste descuido foram tremendos, mas as classes média e alta não o sentiram” (pp. 224, 19??)

Diante desta situação, a rebelião e a reivindicação de direitos trabalhistas se colocava como luta necessária. Esta luta toma força quando a classe operária se organiza em sindicatos e toma consciência de classe e de seu poder. Vale destacar que, na primeira fase do capitalismo industrial, o processo de produção não era inteiro dominado pelo capitalista ou por um administrador. Os operários eram os únicos que detinham o conhecimento específico necessário a produção que realizavam, conhecimento este, historicamente construído na prática artesã. As primeiras indústrias, portanto, não poderiam ter sido constituídas sem este conhecimento trazido pelos artesãos: carpinteiros, tecelões... e roubado pelos donos dos meios de produção.

Junto com o processo de conscientização da classe operária nascem os movimentos trabalhistas e socialistas² e são organizadas as primeiras greves.

A reivindicação era por direitos trabalhistas: redução de jornada de trabalho, benefícios sociais, férias, direitos a maternidade...

É neste tenso contexto, em que a mão-de-obra braçal era indispensável para o manuseio das máquinas, que apresenta-se a alternativa do cooperativismo. O cooperativismo era uma ameaça ainda maior do que a greve aos donos do meio de produção, pois podia significar a perda de todo o operariado de uma só vez.

“A greve (nas fábricas) tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão” (Singer, 2002B, pp.29).

² BUBER (1971) faz uma análise histórica importante deste momento de conscientização, onde destaca que, enquanto a história acontece, enquanto a indústria está nascendo e enquanto conseqüentemente nasce a classe trabalhadora é impossível ter noção clara do que cada força política representa e como estas forças lutarão no futuro. As teorias socialistas produzidas, neste momento, não poderiam ser outra coisa, senão utópicas “Os Sistemas” – entre os quais estão incluídos os de Saint-Simon, Fourier e Owen – são considerados frutos de uma época em que a indústria e, portanto, também o proletariado ainda não havia se desenvolvido. Foi a impossibilidade de compreender e dominar o problema “proletariado” que deu azo ao aparecimento desses sistemas que só poderiam ser imaginários, fantásticos e utópicos e que, no fundo propunham a abolição de uma diferença de classes que estava apenas começando a processar-se e que, um dia, iria provocar a “transformação geral da sociedade” (BUBER, 1971, pp.10). MARX, que critica os sistemas utópico afirma, “(...) não se trata de levar à prática um sistema utópico qualquer, mas de colaborar, conscientemente, no processo histórico de transformação da sociedade que se verifica ante os nossos olhos.” (MARX apud BUBER, 1971, pp.11)

2.2 Cooperativismo, uma organização dos trabalhadores

O cooperativismo, nascente no contexto acima descrito, era concebido pelos socialistas utópicos, Saint Simon, Fourier e Owen, como uma forma de organizar uma sociedade autêntica, a ponto de poder substituir o Estado. Esta nova sociedade deveria ser constituída por uma série de sociedades comunitárias; desta forma, se superaria a concepção de que a sociedade é um “agregado de indivíduos” submetidos a uma regulamentação externa conferida pelo Estado, mas se teria, em lugar disso, grupos coesos e organizados compondo uma autêntica sociedade.

Se expressa assim a busca por um tipo de progresso. O inglês Robert Owen, tenta de alguma forma em seus escritos, encontrar uma maneira de se efetuar um progresso contínuo nas disposições sociais, em toda espécie de conhecimento e no desfrutar de uma felicidade crescente e inalterável. (Le GOFF, 2003)

Para os socialistas utópicos o principal meio para chegar à uma autêntica sociedade era através da formação de sociedades comunitárias, das quais a cooperativa é a mais importante expressão.

Na concepção destes pensadores, portanto, as cooperativas não possuíam um fim em si, mas deviam ser células da mudança estrutural da sociedade. O socialismo utópico

“...deverá realizar-se em dado momento, em determinado lugar e em determinadas condições e precisamente ‘aqui e agora’. A realização local, porém, nunca significa, para ela, mais do que um ponto de partida, (...) um começo, algo que deve existir para que a realização se consolide, para que se conquiste a liberdade e a validade, para que a nova sociedade parta desse ‘começo’, de todas as células e daquela que surgirem em seu seio.” (BUBER, 1971)

As cooperativas deveriam portanto chegar a abranger todas as necessidades de produção e consumo da sociedade. A atividade da cooperativa de consumo consiste em realizar compras coletivas, em grandes quantidades, para todos os seus membros. O custo da compra em grande quantidade, dividido entre os cooperados é sempre inferior ao da compra individual. A atividade da cooperativa de produção consiste em produzir um produto do qual a sociedade tenha necessidade e dividir o lucro obtido igualmente entre os cooperados. Não existe a figura do patrão ou a do administrador para extrair o lucro individualmente tampouco para dirigir o negócio. A gestão da cooperativa é então

coletiva. Em sua condição ideal de funcionamento a cooperativa deve realizar tanto o consumo quanto a produção, isto seria a cooperativa integral (“Vollgenossenschaft”). Assim, as cooperativas devem funcionar como o micro-sistema da sociedade socialista, e devem compor através de associações sucessivas a sociedade socialista como um todo.

Os socialistas utópicos queriam, portanto, substituir gradativamente um sistema capitalista através da construção das partes da sociedade autêntica. Apelavam à razão, à justiça e à vontade humana para propor o sistema de organização socialista. (BUBER, 1971, pp.20)

O Marxismo assumiu postura claramente divergente à do socialismo utópico, apesar de também conter algum grau de utopia. Para Marx o socialismo deveria *“limitar-se a apresentar à consciência ativa o que as condições de produção já haviam preparado dialeticamente”* (BUBER, 1971, pp.20). Neste sentido, a revolução se apresenta como necessária e não se trata, como definem os utopistas, de uma simples reorganização social. Marx acredita em primeiro lugar *“na dialética da vida material do humano”* (BUBER, 1971). Para Marx, é preciso em primeiro lugar derrubar o sistema capitalista através da conscientização de classe e da revolução. A organização anterior à revolução deve ser unicamente a preparação da mesma. O que Marx planeja após a queda do Estado pode ser considerado utopia.

Apesar da divergência entre utopistas e marxistas as contribuições de Fourier, Saint Simon e principalmente de Owen são muito importantes para a consolidação do cooperativismo.

O cooperativismo é, em sua origem, pensado como uma organização contrária ao capitalismo que é estruturalmente pobre e se tornará cada vez mais pobre. O cooperativismo, por sua vez, permitiria o enriquecimento da estrutura social.

“Pode-se dizer que uma sociedade é ricamente estruturada, quando ela se organiza com base em sociedades autênticas, isto é, em comunidades de ação e trabalho e em suas subseqüentes agrupações.” (BUBER, 1971, pp.24)

Esta forma autônoma de organização social foi identificada por BUBER através de GIRKE, já na Idade Média, em comunidades organizadas pela cooperação. As sociedades ricamente estruturadas se caracterizam *“(...)por uma tendência de ampliar e expandir as associações, a formar outras que abranjam as menores...”* (GIRKE apud BUBER, 1971, pp.25). Este é o tecido celular definido por BUBER como *“sociedade:*

convivência de criaturas humanas dotadas de ampla autonomia e que forma e reforma a partir de seu interior". (BUBER, 1971, pp.25). Nesta concepção, a sociedade, por essência não é individualista, mas de unidades societárias e seus agrupamentos.

OWEN escreve em 1848:

"Somente a associação livre e espontânea pode resolver o grande problema do futuro, o problema da organização da nova ordem, da ordem em que o individualismo se combina espontaneamente ao coletivismo. Somente através desse caminho será possível chegar a terceira e última evolução emancipadora da história. Assim como a primeira converteu os escravos em servos e a segunda os servos em trabalhadores assalariados, a terceira induzirá à supressão do proletariado, à transformação dos trabalhadores assalariados em associados." (OWEN apud BUBER, 1971, pp.31).

Assim como os primeiros socialistas foram rotulados de utópicos, as duas primeiras grandes ondas de cooperativismo foram classificadas de românticas, pois contavam com o homem ideal no lugar do real, capaz de mudar sozinho as circunstâncias da época (BUBER, 1971 pp.78). As primeiras cooperativas, surgidas no século XVII tiveram êxito econômico, mas não traziam contribuições efetivas para a construção da sociedade socialista. A estruturação interna da cooperativa não era simples e passava por uma série de situações contraditórias, onde se mesclava o ideal de construir uma realidade mais justa com a necessidade de sobreviver no contexto mais amplo, todavia orientado pela competitividade.

Destacamos a fundação da primeira cooperativa de consumo inglesa, em 1827, a criação da primeira cooperativa de produção francesa, em 1832, as experiências de colonização de Owen, além da historicamente conhecida cooperativa de consumo dos tecelões de Rochdale, de 1848.

O detalhamento da construção da cooperativa de Rochdale e dos problemas enfrentados pelos cooperados é interessante para entender como foram determinados os princípios cooperativistas (ANEXO 1) de autoria de Rochdale, até hoje reconhecidos.

Rochdale nasceu como uma cooperativa de consumo, mas passou logo à ser também cooperativa de produção no ramo de tecelagem, atuando paralelamente na construção de casas para seus próprios trabalhadores. Buber (1971) observa bem que os "Pioneiros de Rochdale" assimilaram bem os vários níveis da cooperação. Enquanto

cooperativa de consumo distribuíam igualmente os lucros que obtinham com as aquisições coletivas. Enquanto cooperativa de produção estipularam um salário e dividiam o excedente entre os associados. Ocorria porém, que havia trabalhadores associados à cooperativa e trabalhadores não associados, que portanto não tinham direito à divisão dos lucros. Era criada assim uma diferenciação entre trabalhadores proprietários e não-proprietários. (BUBER, 1971, pp.83) Para evitar isto BUCHEZ propôs que todo trabalhador deve poder passar a ser sócio da cooperativa após um ano de trabalho, para evitar que se crie uma relação patrão/empregado entre associados e não sócios. (logo este período cai pra 3 meses de experimentação) (BUCHEZ, apud BUBER, 1971, pp. 88).

Um princípio importante, preconizado por Rochdale, foi a cooperação entre cooperativas. Concretizava-se assim o princípio da associação das células que deveria estruturar o novo tecido social, já previsto pelos socialistas utópicos. Constatou-se porém que a associação das cooperativas congregava apenas alguns interesses comuns, que se limitavam à realidade dos negócios. Não significava necessariamente a associação dos ideais de vida e a gestão de uma nova sociedade, como haviam previsto os socialistas utópicos. (BUBER, 1971, pp 84) A associação meramente técnica das cooperativas podia representar o contrário do que esperavam os precursores do movimento: a anulação da célula cooperativa devido a submissão à associação técnica. BUBER (1971) relata em relação a isto:

“Na maioria das vezes as pequenas cooperativas se transformaram (...) de centro autônomos de solidariedade em simples massas de membros e seus negócios. São óbvias as vantagens técnico-econômicas dessa organização. O grave, porém, é que aqui não existiu nenhuma força que se empenhasse em preservar, no seio das diversas cooperativas, o grau de autonomia, compatível com as exigências técnico-econômicas (...) O funcionamento das grandes instituições cooperativas foi se assemelhando, cada vez mais, ao das capitalistas e em muitíssimos casos, o princípio da burocracia chegou a suprimir totalmente o exercício voluntário dos cargos anteriormente exaltados, como o bem mais precioso e indispensável do movimento cooperativista.” (1971, pp.86)

BUBER relata ainda outros impasses enfrentados dentro do movimento cooperativista, como a relação com o Estado. Neste sentido, relata o caso de Blanc, que

pede apoio ao Estado para implantar cooperativas e é questionado por integrantes do movimento, pois estaria pedindo ajuda a um órgão pautado por uma organização que se quer abolir. Segundo os socialistas utópicos, as cooperativas deveriam funcionar à margem da organização estatal. Organizadas em colônias, deveriam formar um sistema paralelo até engolir o sistema capitalista.

Se o cooperativismo deve ser um sistema paralelo ou, de alguma forma, integrado ao sistema capitalista é uma discussão ainda atual, mas mais importante do que esta seja talvez a discussão do real sentido do cooperativismo existente hoje e se este pode continuar representando uma alternativa ao sistema capitalista.

Apesar das considerações críticas que BUBER (1971) faz ao cooperativismo, analisa que o movimento cooperativista não foi suficientemente apoiado e aproveitado pelos setores revolucionários organizados, motivo apontado como falha do movimento socialista. A comuna de Paris não aproveitou as cooperativas e iniciativas já existentes para libertar o proletariado, não considerou suficientemente a cooperativa como espaço de educação do trabalhador para a auto-gestão de seus interesses. A comuna preferiu insistir na idéia de libertar o proletariado por revolução. Citando Engels, Buber define a revolução como acontecimento mais autoritário possível: Homens armados seguindo um comando. Como tal ação poderia dar origem a uma sociedade diferente?

3. Introdução teórica

3.1 Rozitchner: a expropriação do poder coletivo

As cooperativas significam a recuperação de uma organização comunitária, e como se pode observar na análise que Buber fez, esta organização comunitária se perde a medida que ela se abre para outras instâncias que estão submetidas a outro tipo de organização. Nas palavras de Luxemburgo:

“As cooperativas e sobretudo as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força de trabalho, que dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. (...) Daí uma cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória, para operários, de se governar a si própria com toda a autoridade absoluta necessária e de os seus elementos empenharem entre si o papel de empresários capitalistas.” (LUXEMBURG, 1970, pp.78)

Esta contradição vivida pela cooperativa, onde internamente é cooperativa e autogestionária, mas está submetida às condições do sistema externo; Onde internamente busca resgatar o sentido comunitário da vida, mas externamente precisa concorrer, disputar; Esta contradição se torna ainda mais grave quando se soma à dimensão materialista a subjetividade produzida neste contexto.

Para tal análise, nos valeremos das contribuições do autor argentino León Rozitchner (1989), que faz uma interpretação das obras de Freud, não muito comum na psicologia, e revela que, a subjetividade e o aparato psíquico dos sujeitos são formados a partir da vivência histórica coletiva. Neste caminho, o autor compara e encontra complementações nas obras de Marx e Freud que lhe permitem afirmar, que a estrutura social determinada pelo capital é decisiva na formação da subjetividade humana.

A principal tese que Rozitchner (1989) levanta é que a estrutura da sociedade e a estrutura psíquica do sujeito estão necessariamente integradas, pois produzem-se mutuamente. Portanto, o autor vai explicar que uma sociedade hierarquicamente organizada está necessariamente composta por sujeitos que têm também dentro de si,

em sua subjetividade, o sentido da hierarquia; Assim como uma sociedade onde existe o fetiche da mercadoria (Marx) precisa necessariamente estar composta por sujeitos fetichistas.

Para chegar a tal conclusão, o autor faz uma análise histórica sobre como o sentido da hierarquia, o sentido de um poder despótico, foi se introduzindo nas sociedades originalmente comunitárias. Rozitchner (1989) afirma a partir do texto de Marx, a Ideologia alemã, que o homem originariamente vivia em relação com a natureza, que ele era dono das condições de sua realidade e que isto só fazia sentido porque ele era derivado de uma comunidade. A vida dos indivíduos fazia sentido porque era em comunidade; Somente através desta organização era possível a satisfação de necessidades, a produção de novas necessidades, a produção de novos homens e a cooperação; havia uma “entidade comunitária resultante de um processo natural” (MARX apud ROZITCHNER, 1989, pp.68). Ou seja, a sociedade comunitária era necessariamente composta por sujeitos totalmente integrados a esta realidade e constituídos a partir dela. Esta forma de organização, baseada também na propriedade coletiva, foi identificada na forma asiática, na forma germânica e na forma grega ou romana.

Para mostrar a mudança deste sentido comunitário a um sentido despótico imperante, Rozitchner (1989) enfoca a forma asiática. Na forma asiática, é possível identificar, pela primeira vez na história, a expropriação do poder coletivo, pois ali é introduzido um déspota, que ocupa figura semelhante a do pai.

Para fazer tal constatação, o autor se vale da teoria que Freud elabora em relação ao “complexo de Édipo”. “O complexo de Édipo” é o conflito entre a criança e a autoridade do pai, onde a criança experimenta sentimentos contraditórios, amor e ódio. Para resolver este conflito, a criança internaliza a figura do pai e o mata em sua subjetividade. Devido ao amor que a criança sente, ao mesmo tempo, pela figura paterna, este pai ressuscita como lei, como forma normativa a ser obedecida. Mas, devido ao conflito afetivo, a criança não tem consciência do enfrentamento que fez com que a figura do pai se colocasse desta forma, assim, o sujeito esquece o que deu origem a lei, apenas obedece³.

³ Este complexo processo Rozitchner (1989) descreve em sua obra nas páginas 32 até 34, admitindo que se trata de uma interpretação possível da psicanálise, nós nos ativemos a fazer uma rápida e superficial descrição para compreender o raciocínio do autor, mas não temos condições de discutir estas questões mais profundamente, no âmbito da psicologia.

Após a introdução do poder despótico, que ocupa figura semelhante a do pai, na forma asiática, a comunidade continua existindo, continua trabalhando de forma coletiva e realizando seus ritos. As atividades não mudaram, mas o sentido delas sim. Os ritos que a comunidade realizava para sua própria celebração, passaram a ser dedicados à celebração do déspota; A terra, que anteriormente pertencia à comunidade, passou a ser conferida aos indivíduos ou às famílias pelo déspota. O trabalho, que servia para satisfazer as necessidades próprias da comunidade, passou a ser também submetido ao déspota. Com estas sutis modificações, o sentido do trabalho coletivo mudou radicalmente. É possível afirmar que o nível de submissão ao déspota acima descrito é pré-condição para a posterior transformação do trabalho humano em força de trabalho passível de compra, em trabalho alienado⁴. Já neste tempo histórico, Marx identifica o início da extração do mais trabalho, conforme a cita:

“Uma parte de seu mais trabalho pertence à coletividade superior, que em última instância existe como pessoa, e este mais trabalho se faz efetivo em tributos etc., como no trabalho comum destinado a exaltar a unidade, em parte ao déspota real, em parte à entidade tribal imaginária, ao Deus” (MARX apud ROZITCHNER, 1989, pp.72).

Estas mudanças não significam, por enquanto, uma mudança estrutural da sociedade comunitária, mas uma mudança de sentido, uma mudança subjetiva para os sujeitos que dela participam:

“Anteriormente era a comunidade o pressuposto de sua própria existência individual e de sua própria objetividade recuperada na terra. Agora a comunidade a qual pertence, a tribo ou a família, não é seu pressuposto: primeiro está a referência à imagem do déspota, como relação de submissão individual...” (ROZITCHNER, 1989, pp. 73).

⁴ Segundo Marx, a alienação do trabalhador se produz na relação do operário com o produto de seu trabalho e depois, na relação do operário com sua própria atividade. A relação entre operário e o produto resultante do trabalho é alienante porque a expropriação do poder do trabalhador aumenta conforme aumenta sua produção, ou seja, quanto mais o operário produz, mais forte se torna o poder a qual está submetido. “O trabalho se converte assim em vítima do poder que ele mesmo criou” (MARCUSE, pp. 271). A alienação se produz também na relação do operário com sua atividade a medida que o trabalho que o operário realiza não pertence a ele e “o trabalho realizado que se converte em propriedade de outro causa uma expropriação que toca a essência do homem” (MARCUSE, pp. 272).

Rozitchner identifica também a aparição de um valor hierárquico similar a este na alteração das primeiras relações de comércio. Nos primeiros intercâmbios mercantis, os cambistas acreditavam trocar mercadorias de igual valor. Para que isto fosse possível, o autor afirma, através de Marx, que era necessário uma sociedade organizada pelo trabalho e uma matriz social que determinasse a assunção pelos sujeitos de valores equivalentes e necessários para a vida.⁵ Estas condições possibilitavam o estabelecimento de “valores iguais” para as mercadorias. Para calcular o valor da mercadoria eram então considerados a mão de obra e a quantidade de matéria prima investida. Estes eram os critérios avaliados para a troca de mercadorias, onde os sujeitos envolvidos esperavam receber na mesma medida em que ofereciam seu produto. Logo, passou-se a adotar uma mercadoria que servia como unidade de troca: o metal. Deste momento em diante, não era mais necessário calcular o valor da mercadoria em relação a cada outra mercadoria; Esta relação passava a ser simplificada com a introdução do metal, através do qual se poderia determinar o valor de toda e qualquer mercadoria. O metal surgiu, em um primeiro momento, como uma mercadoria a mais, mas logo ressaltou seu poder de superioridade em relação às outras mercadorias: tinha o poder de ser trocado por qualquer mercadoria. O metal, que posteriormente passou à forma de dinheiro, se separou então das demais mercadorias para ser supremo, para dar valor a tudo, como o faz o poder despótico:

“A mercadoria que no dinheiro alcançará o monopólio social, que se separará das outras como o faz o déspota na forma asiática, para expressar o todo em si mesma, e ser assim a unidade onicompreensiva fonte de todo valor, exercerá aqui seu despotismo simbólico...” (ROZITCHNER, 1989, pp.89).

Um poder despótico pessoal e um sistema de valores abstrato e também hierarquizado estão na origem do capitalismo. Estas condições materiais determinaram também as relações entre os sujeitos. Os consumidores, nesta lógica, se tornam sujeitos fetichistas. O processo de fetichização tem relação com a introdução do dinheiro para mediar a troca de mercadorias. Depois desta mudança, as condições que definiam o valor das mercadorias (tempo de trabalho e quantidade de matéria prima investida) se perdem. Perde-se também, ao longo da história, a dimensão do trabalho humano para

⁵ A troca de mercadoria dentro desta matriz social é distinto daquele realizado por colonizadores e os povos que originariamente viviam nas colônias, onde as intenções e as necessidades dos sujeitos que participavam, colonizadores por um lado e “índios” por outro eram radicalmente opostas. (ROZITCHNER, 1989, pp.80)

satisfazer as necessidades humanas. Em um sistema que se tornou abstrato e que não está mais diretamente a serviço das necessidades humanas, mas que está a serviço de necessidades produzidas por ele próprio, segundo, por exemplo, leis da “oferta e procura”, os sujeitos perdem a dimensão do trabalho humano e se anulam enquanto sujeitos. As pessoas, dentro desta lógica, que têm unicamente a função de consumir e de produzir, se tornam objetos incorporados ao mercado. Este processo, através do qual as relações entre os homens se tornam relações entre coisas, Marx denomina “reificação” ou “coisificação”.

“Baixo o império destas leis o produto da atividade humana, a mercadoria, parece determinar a natureza e o fim da atividade humana. (...) os materiais que deveriam servir a vida chegam a reger seu conteúdo e sua meta, e a consciência do homem se tornam eternamente vítima das relações da produção material” (MARCUSE, 1971, pp. 269).

Resumidamente: A mercadoria é um fetiche porque parece que contém em si mesma o seu valor e não por sua relação com as outras mercadorias ou com o processo que a produziu. E os sujeitos são fetichistas porque também não se concebem como produtos de um processo histórico (ROZITCHNER, 1989, pp. 94).

Os processos que levam a extração do poder coletivo ocasionam também a perda da dimensão coletiva pelos sujeitos. Esta dimensão, como explica Rozitchner, não deixa de existir, mas se torna oculta através da lenta construção de uma estrutura hierárquica que, muda o sentido de dependermos uns dos outros para um sentido de dependência de um poder superior.

“A comunidade, como coletivo, sem o qual a história não seria possível, nem tampouco nossa própria vida, segue existindo: mas enquanto tal já desapareceu de nossa representação. Um símbolo unificador, o Estado – e os homens que estão à sua frente – ocupa seu lugar” (ROZITCHNER, 1989, pp. 75).

No espaço de trabalho, também dominado por esta lógica, a dimensão coletiva também existe de forma oculta. Esta dimensão coletiva é expressa pela cooperação entre os trabalhadores. Os trabalhadores reunidos em qualquer espaço de trabalho cooperam,

mas no sistema capitalista os donos dos meios de produção ocultam, propositadamente, esta condição.

Desta forma, no espaço de trabalho do sistema capitalista, os trabalhadores estão juntos, mas não unidos, pois o trabalho coletivo de sentido coletivo se converteu em um trabalho de pessoas isoladas - que cooperam, mas não tem consciência disso - reunidas em um espaço para um objetivo alheio a elas.

“Os reúne [os trabalhadores] em um mesmo lugar mas os separa ao mesmo tempo. Os reúne para aproveitar e integrar o trabalho coletivo; os separa, sobretudo de sua anterior integração, para despojá-lo de seus frutos, e é usurpando a direção do trabalho coletivo a partir da qual desenvolve-se o papel do capitalista. A direção de uma atividade coletiva na cooperação não confere necessariamente a quem exerce um poder individual sobre a coletividade social: converte-se no capital.” (ROZITCHNER, 1989, pp.97).

É através da cooperação que se amplia a força individual de cada trabalhador. *“Deste modo a cooperação é a atividade coletiva que elabora um poder inédito na natureza, cuja criação determina tanto o incremento da riqueza coletiva como individual”* (ROZITCHNER, 1989, pp.95). Então, é justamente devido a cooperação entre os trabalhadores que o capitalista consegue *“obter gratuitamente o fruto do poder coletivo de produção”*, pois *“o poder do capital se produz extraindo e convertendo em próprios os poderes do corpo socializado dos homens”* (ROZITCHNER, 1989, pp.99). Se expressa assim a contradição fundamental do sistema de produção capitalista: o trabalho assalariado por um lado e o capital por outro.

Para entender a constituição subjetiva dos trabalhadores que está intimamente relacionada às condições materiais, é preciso enxergar que este poder abstrato, exercido pelo capital, que oculta o poder coletivo dos trabalhadores, não domina somente o contexto das fábricas, mas também os mais diversos espaços da cidade – pois a cidade foi historicamente construída para ser funcional às atividades de produção, de comércio e de circulação de pessoas⁶. Como afirma Marcuse (1971)

⁶ SENNET (Richard), no livro “Carne e piedra. El cuerpo y la ciudad en la civilización occidental” analisa planos urbanísticos das grandes cidades, que objetivam garantir a circulação funcional de mercadorias e pessoas, além de evitar a organização de manifestações populares que de alguma forma se oponham a esta ordem.

“A totalidade de instituições, leis e relações econômicas não podem ser tratadas simplesmente como constituintes de fatos isolados e objetivos, senão como constituintes de uma configuração histórica, dentro da qual os homens fazem as suas vidas” (MARCUSE, 1971, pp.270).

Portanto, o poder hierárquico que se instaura através da extração do poder coletivo, nos mais diversos espaços, produz uma configuração histórica a qual pertencem as mais diversas instituições sociais (escola, exército, igreja, governo...) onde os sujeitos vivem. Assim, este poder, além de produzir concretamente as condições materiais de desigualdade entre detentores dos meios de produção e vendedores de força de trabalho, produz – através da maioria das instituições sociais - as condições simbólicas que perpetuam esta desigualdade.

3.2 Castoriadis: um projeto de autonomia

CASTORIADIS (1999) contribui com algumas categorias importantes para pensar caminhos de emancipação do poder despótico, que no contexto atual se tornou totalmente abstrato. A primeira pista que este autor nos oferece é “a instituição primeira da sociedade” ou o fato de que a sociedade se cria a si mesma como sociedade. Neste sentido, cada sociedade é constantemente criada e alterada pelas forças políticas inerentes a ela. Este autor distingue dois tipos de sociedades: as sociedades heterônomas, que justificam seu funcionamento através de recursos extra-sociais, como leis divinas; E as sociedades autônomas, que são as sociedades que têm consciência de sua auto-instituição. Talvez não existam ainda sociedades totalmente autônomas, mas, como analisa o autor, com o nascimento da democracia e da filosofia existe a possibilidade histórica de construção desta autonomia, através do questionamento das instituições existentes. Segundo Castoriadis, a tentativa de elucidar a instituição significou uma enorme ruptura histórica que aconteceu por duas vezes na história, na Grécia antiga pela primeira vez e depois na Europa ocidental.

Esta primeira afirmação de que a sociedade é “auto-instituição” e “auto-alteração” oferece uma perspectiva de mudança, a possibilidade de identificar o poder abstrato que *“transformou o poder do corpo dos trabalhadores em seu próprio poder”* (ROZITCHNER, 1989) e vencê-lo.

Marx, como expusemos no capítulo 2, também defendia a mudança desta situação, mas através da revolução total. Parecido com a crítica que BUBER (1970) faz à revolução armada e o questionamento se esta é realmente capaz de gerar uma sociedade diferente, CASTORIADIS afirma:

*“Na mais radical das revoluções imagináveis, o número de elementos da vida social que permaneceria inalterado seria maior que o número de elementos que poderiam ter sido modificados: a linguagem, os edifícios, os instrumentos, os modos de comportamento e de ação, e sobretudo importantes partes da estrutura psicosocial dos seres humanos”*⁷ (CASTORIADIS, 1999, pp. 132).

A partir deste entendimento é possível afirmar a necessidade de um processo educativo para a real mudança da sociedade; Mas, assim como a revolução não se basta

para a auto-alteração, o processo educativo sozinho também não é suficiente. Castoriadis possibilita um avanço no entendimento em relação à questão da mudança social, à medida que defende a construção de uma autonomia social, através da qual tanto uma revolução como um processo educativo possa ter mais êxito.

Castoriadis critica Marx por este não haver percebido ou se preocupado com o caráter criador da sociedade e por este, em vez disso, ter buscado leis e garantias da destruição do capitalismo. É importante ressaltar que o autor reconhece a importância histórica do marxismo, mas busca a partir dela avançar. *“Partindo do marxismo revolucionário, chegamos ao ponto em que era preciso escolher entre permanecer marxistas e permanecer revolucionários”* (CASTORIADIS, 1982, pp.25)

Partindo de Marx, Castoriadis propõe uma “prática revolucionária”, através da qual *“o povo se transforma, transformando as circunstâncias em que se encontra”* (CASTORIADIS, 1999, pp. 136). Mas, esta prática revolucionária não deve ter a exatidão científica ou uma garantia de seu êxito. É esta forma de argumentação que é distinta da que Marx utilizava para defender a reforma total.

“A práxis revolucionária, portanto, não tem que produzir o esquema total e detalhado da sociedade que visa instaurar; tampouco tem que “demonstrar” e garantir em termos absolutos que esta sociedade poderá resolver todos os problemas que eventualmente poderão aparecer. Basta mostrar que, no que ela propõe, não existe incoerência e que, até onde podemos ver, sua realização aumentaria enormemente a capacidade da sociedade de enfrentar seus próprios problemas” (CASTORIADIS, 1982, pp. 94).

Com esta proposição, Castoriadis avança em relação ao radicalismo presente no marxismo e, ao mesmo tempo, avança em relação à compreensão de “mudança social”, um tanto quanto simplista, que defendiam os socialistas utópicos.

Neste sentido, o cooperativismo é um possível caminho para a mudança da sociedade. O cooperativismo é um modo de produção autogestionado, onde os meios de produção e a tomada de decisão são coletivos. Não existe portanto relação de dominação entre patrão e empregado ou, como define Marx, o trabalho é realizado segundo as exigências da moderna ciência *“sem que uma classe de senhores empregue uma classe de braços”* (MARX, 1864, pp. 79-80).

⁷ Tradução feita livremente do espanhol para o português.

O trabalho humano realizado dentro de uma cooperativa é, portanto, completamente distinto daquele realizado pelos operários na fábrica capitalista. Na cooperativa, é o grupo de trabalhadores quem constrói as regras de funcionamento e de gestão do empreendimento. A instância máxima de decisão é a assembléia, onde cada trabalhador-cooperado tem o mesmo direito de participação. O trabalho nas cooperativas, além de não produzir alienação do trabalhador, representa uma instância real de democracia “o governo de todos”. Em termos de Castoriadis é possível dizer que a cooperativa é uma instância de verdadeira política: *“reflexão coletiva, lúcida e expressão de projeto de autonomia”* (CASTORIADIS, 1999, pp. 128). Diferentemente do que defendiam os socialistas utópicos - quando consideravam a cooperativa apenas como meio para a construção de uma sociedade mais igualitária - a partir de Castoriadis é possível afirmar que é justamente devido à prática democrática e à possibilidade de construção de um processo autônomo, inerente à cooperativa, que existe a possibilidade de alterar a sociedade, da qual a cooperativa também faz parte.

Através da auto-criação da cooperativa, o grupo de pessoas gesta a sua própria ordem, ou seja, em termos ideais, a cooperativa é um espaço que produz para si próprio a sua lei e, *“que o faz sem poder apelar à nenhum fundamento extra-social, à nenhuma norma da norma, à nenhuma medida da medida”* (CASTORIADIS, 1999, pp.116). Este espaço, que goza de plena autonomia, sofre também da dimensão trágica da democracia, conforme definida por Castoriadis, *“a dimensão de sua liberdade radical: a democracia é o regime da auto-limitação”* (CASTORIADIS, 1999, pp.117). A situação concreta que se apresenta às cooperativas, neste sentido, é a ausência da proteção do Estado. Legalmente, os cooperados são considerados trabalhadores autônomos, portanto não têm direito à nenhum dos direitos trabalhistas. A própria cooperativa precisa responsabilizar-se pela obtenção de salários, pelo pagamento ao trabalhador que ficou doente, pela organização das férias. Ter que tomar estas decisões pode significar a dimensão trágica da auto-responsabilidade.

4. Cooperativismo e mundo de trabalho hoje

O movimento cooperativista foi uma das formas de resistência que os trabalhadores praticaram diante da precariedade do trabalho nas primeiras fábricas. Neste sentido, pode-se dizer que o cooperativismo foi uma das lutas que pressionaram a melhoria das condições de trabalho e a criação dos direitos trabalhistas.

Estas condições, favoráveis aos trabalhadores estenderam-se por algumas décadas, principalmente nos países desenvolvidos, onde os direitos conquistados foram acompanhados de políticas de Estado máximo, como a do “Welfare State”.

Durante o rápido desenvolvimento do capitalismo industrial, o cooperativismo manteve-se, em alguns casos isolados, como sistema econômico paralelo, mas na grande maioria, como peça incorporada ao mercado capitalista. A real organização do trabalho segundo princípios cooperativista é encontrada em poucas experiências. A província de Québec, que tem até os dias atuais, cerca de 90% de toda sua economia constituída por empresas cooperativas, tem, dentre estas, apenas um pequeno número que realmente gestionam seu trabalho sob princípios cooperativistas (GEDIEL, 2001, pp). É preciso então fazer uma distinção entre reais cooperativas de trabalho e empresas que escondem sob um rótulo as tradicionais relações exploradoras.

No momento atual, entretanto, observa-se um novo quadro de precarização do mundo de trabalho, além de um crescente desemprego. Vivenciamos o contexto da Revolução tecno-científica, em que as novas tecnologias gestadas nos centros de pesquisa e Universidades estão a serviço do capitalismo hegemônico, e assim contribuem para a diminuição dos postos de trabalho e para a redução dos salários. O “Welfare State”, que não chegou efetivamente a se consolidar nos países subdesenvolvidos, é substituído pela atuação do Estado mínimo, com o avanço das políticas neoliberais, iniciadas nos anos 80.

O neoliberalismo surge no início da década de 80, quando Margaret Thatcher (primeira-ministra inglesa) e Ronald Reagan (presidente dos EUA) anunciaram, em conjunto, reformas econômicas em seus países e declararam que os países subdesenvolvidos também deveriam seguir esse novo modelo econômico, que desde então, ficou conhecido na história como neoliberalismo ou Estado mínimo. As reformas neoliberais tiveram início com as privatizações das grandes empresas estatais que atuavam em setores estratégicos da economia.

Uma grande consequência desta política foi uma mudança de postura do Estado em relação a economia e sua repercussão no mundo do trabalho. Se antes o Estado era interventor e mediava a relação entre mercado e sociedade, de forma a garantir uma distribuição mínima de renda, agora o Estado convida a iniciativa privada para ser parceiro na construção e execução de políticas sociais e assim, o principal objetivo deixou de ser o bem-estar para tornar-se o lucro. Desta forma, os direitos trabalhistas adquiridos no início do desenvolvimento industrial, agora passam por flexibilização.

O governo federal, pressionado pelo capital financeiro, também executa ações que resultam na precarização das relações de trabalho. A recente reforma da previdência e uma possível alteração nas leis trabalhistas são alguns exemplos. Esta situação repete-se em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, sendo que nos países subdesenvolvidos, que são mais dependentes do capital externo, as políticas neoliberais acentuam mais fortemente a desigualdade social já existente.

Neste novo cenário de instabilidade econômica e social, ressurge o movimento cooperativista, com seus princípios de origem. Há divergências sobre o papel que este movimento desenvolve e irá desenvolver. Alguns autores acreditam que o cooperativismo atual é um movimento produzido pelas condições excludentes do capitalismo, mas sem força para transformar o sistema vigente. De certo modo, acreditam que o cooperativismo, da forma como está, é até favorável ao capitalismo e às políticas neoliberais, já que a cooperativa garante a condição de consumidor à pessoas excluídas do mercado tradicional – condição fundamental para a perpetuação do sistema vigente - além de inaugurar o trabalho flexibilizado, ou seja, sem direitos trabalhistas.

Contrário a isto, o socioólogo Boaventura de Souza Santos e seus colaboradores definem o movimento como uma nova forma de emancipação social. Em uma pesquisa interacional em curso, estes autores procuram manifestações de uma globalização alternativa, que se opõe à globalização neoliberal, que se manifesta através de modos de produção não-capitalista, dos quais o cooperativismo é o mais expressivo (SANTOS, 2002) Eles admitem que o ponto de partida dessas alternativas é o contexto capitalista, mas não acreditam que, por isso, elas nasçam fracassadas. Pelo contrário, através de vários estudos de caso comprovam um espírito emancipatório ou, nas palavras de Santos:

"(...)formas de conceber e organizar a vida econômica que implicam reformas radicais dentro do capitalismo, baseadas em princípios não-capitalistas ou que

apontam, inclusive, para uma transformação gradual da economia para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalista" (SANTOS, 2003, pp.26).

5. O cooperativismo e a autogestão no Brasil e na Argentina

O cooperativismo argentino, segundo Heller (2004), foi criado pelo Partido Socialista, no século XIX, e tem sua origem em uma tendência da Internacional Socialista, que queria construir a revolução através das cooperativas.

Atualmente, o movimento cooperativista argentino se encontra assimilado ao regime social capitalista, mas encontrou recentemente fortalecimento na grande organização popular, “el argentinazo” ocorrida entre 2000 e 2001 (HELLER, 2004).

“El argentinazo” (HELLER 2004) foi uma ampla manifestação popular composta pelos mais diversos movimentos sociais (“piqueteros”, “desocupados”, “movimientos barreales”, entre outros) que logrou a renúncia do então presidente De la Rúa. O país passava por uma grande crise econômica, resultante da política neo-liberal vigente. O número de desempregados era crescente bem como o de falência de empresas.

É preciso lembrar que a Argentina foi um dos poucos países da América Latina que realmente concretizou o Estado do Bem Estar Social ou “Welfare State”. Na década de 1940 a política nacional Argentina foi marcada pela nacionalização de importantes setores da economia como a telefonia, o sistema ferroviário, entre outros (RAPOPORT, 2003, pp.388). Desta forma, o governo peronista planejava as políticas sociais de forma integrada às condições de acesso ao de trabalho, que eram, em grande parte, controladas pelo próprio governo. Neste período, além da concretização dos direitos trabalhistas, houve uma expansão dos serviços públicos como um todo, entre estes o sistema de ensino. Esta política reflete até hoje o baixo nível de analfabetismo do País: 3% da população, enquanto no Brasil esta taxa é acima dos 10%.

A Argentina passou historicamente por períodos de nacionalização de empresas e, recentemente, pelo período de privatização destas empresas. A atuação de Estado mínimo é fortemente contrastante com o período de bem estar social e encontra forte resistência de movimentos dos trabalhadores, historicamente organizados.

Em 2001, estes movimentos reapareceram e nasceram muitas organizações populares. Um fenômeno comum foram as “organizaciones barreales”, organizações de bairro. Estas eram lideradas por estudantes e militantes políticos que viam no momento vivido uma possibilidade de conscientização e organização popular. O primeiro passo para a constituição deste movimento era a tomada de algum prédio abandonado, em local estratégico, seguido de uma manifestação para atrair grande número de pessoas. Depois seguiam uma série de reuniões para organizar o movimento coletivamente,

programações culturais e atividades de formação política. Uma atividade de fundamental importância foram os mutirões organizados para cozinhar e distribuir refeições. O movimento foi tão exitoso que se expandiu por muitas cidades e capitais. Não é possível definir exatamente onde foi o seu início pois os militantes de muitas províncias se julgavam os primeiros protagonistas deste acontecimento.

Mas, somente a organização popular não foi suficiente para abalar o governo de De la Rúa, foi necessária também a mobilização da classe média. Isto aconteceu quando o governo anunciou o confisco monetário de contas correntes e poupanças e congelamento de preços e salários, que impossibilitava os cidadãos de sacar dinheiro dos bancos. Diante disso, os movimentos organizados e a classe média lotaram as ruas de Buenos Aires, enquanto, nas províncias, supermercados e outros estabelecimentos eram saqueados. A reação foi uma violenta repressão policial até a renúncia de De La Rúa.

Neste recente episódio da história argentina é possível identificar a expressão de um projeto de autonomia, conforme definimos em Castoriadis (1982). Através do questionamento do poder vigente e consequentemente, através da crítica à instituição Estado os cidadãos conseguiram, por um curto período de tempo, auto - organizar-se em espaços alternativos, nas “organizaciones barreales” e em outros movimentos – e assim, derrubar a ordem vigente.

Nestes espaços de organização autônoma produzidos se gestava uma lógica distinta daquela vigente na maioria das instituições sociais (escola, igreja, exército, fábrica...), expressa por horários, deveres, formas de se portar. Estas práticas, quando ocultam a auto-instituição e a auto-alteração da sociedade, constroem uma subjetividade humana adaptada ao já instituído, uma subjetividade humana da não contestação, conforme expusemos teoricamente em Rozitchner (1989) . Já, nos espaços de organização autônoma os sujeitos tomam consciência de que são eles os criadores desta forma de organização e de que esta poderá ser alterada, conforme vontade e necessidade destes mesmos sujeitos. As práticas, criadas dentro desta outra lógica, favorecem também a criação de uma outra subjetividade pois, como definimos anteriormente: “*O povo se transforma transformando as circunstâncias em que se encontra*” (MARX apud CASTORIADIS, 1982).

Por isto, este recente episódio da história Argentina, onde os membros da classe trabalhadora se sentiram efetivamente sujeitos históricos, durante o qual conseguiram recuperar o poder coletivo historicamente expropriado das massas (ROZITCHNER,

1989) e derrubar o poder instituído do Estado, é diariamente lembrado e celebrado como uma possibilidade de mudança e fortalece os movimentos “empresas recuperadas”, “fábricas ocupadas” e cooperativismo, que têm a “autogestão” como bandeira.

Paralelo a estes movimentos, existe na Argentina um Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social – INAES⁸, ligado ao governo da nação, tendo uma sede em cada província. Este instituto presta principalmente assessoria jurídica às cooperativas e a outros empreendimentos associativos, para que possam ser implementados.

Na Argentina se verificam então duas vertentes do cooperativismo; uma tem a característica de movimento social, busca através da organização autogestionária da classe trabalhadora o seu “empoderamento” (FRIEDMAN apud OAKLEY, 2003) e luta pela mudança da atual estrutura política e econômica; a outra vertente, institucionalizada e pertencente ao governo, se apresenta como assessoria técnica e aborda o cooperativismo como uma forma de organizar um empreendimento capitalista.

No Brasil, o cooperativismo também se divide em várias vertentes. As primeiras cooperativas datam da década de 80. Estas cooperativas tem uma história bastante parecida ao que acontece na Argentina com as “empresas recuperadas”, pois foram formadas pelos trabalhadores após as falências de empresas ocorridas devido a crise de 1981/83. (SINGER, 2002 A, pp.87).

Singer (2002 A) descreve o processo de transformação de uma empresa falida em empresa autogestionada por seus trabalhadores. A primeira etapa é a aceitação desta luta pelos trabalhadores. A motivação e o convencimento geralmente ficam por parte dos representantes sindicais.

A segunda etapa é a disputa judicial pelo direito ao patrimônio dos antigos empregadores. Nesta fase a coesão do grupo de trabalhadores é fundamental. A estratégia utilizada geralmente é a ocupação da fábrica durante o período de negociação para legitimar o direito à permanecer. O documentário argentino realizado por Doria (2004) oferece uma descrição clara deste processo, que é uma realidade tanto no Brasil quanto na Argentina.

“No dia em que decidiram realizar uma greve já fazia mais de nove meses que não recebiam seus salários de forma completa. Naquela quarta-feira de junho, os 16 obreiros da panificadora Grissinópolis exigiram de seus empregadores o

pagamento de 100 pesos⁹ como única condição para continuarem trabalhando. Mas na sexta-feira ninguém apareceu na fábrica., nem na segunda, nem na terça. Endividada e quebrada, a empresa foi literalmente abandonada por seus donos com seus trabalhadores todavia adentro.(...) Na Argentina a problemática do desemprego afeta a mais do que metade da população. Dentro deste marco, os trabalhadores de Grissinópolis decidem ocupar, viver e resistir em seus postos de trabalho, com a intenção de colocar a empresa em funcionamento por seus próprios meios.” (DORIA, 2004)¹⁰

A última etapa deste processo de transição consiste em concretizar a autogestão dos trabalhadores no lugar da gestão hierárquica e, ao mesmo tempo, em recuperar os clientes, os fornecedores e os créditos da antiga empresa para viabilizar o negócio (SINGER 2002 A, pp.88). Esta é, sem dúvida, uma fase muito difícil. Como é possível que os trabalhadores recuperem um negócio do qual até mesmo o empresário capitalista, dominador de todos os conhecimentos de administração, desistiu? É neste momento que cai um mito, o mito de que para a produção de riqueza é necessário, além do trabalhador, o capitalista que sabe e que organiza o trabalho; É neste momento que se pode afirmar concretamente o que expusemos teoricamente acima: a consciência de cooperação dos trabalhadores - que era propositadamente ocultada pelo sistema capitalista - é recuperada, juntamente com o seu poder coletivo. Os trabalhadores percebem que a sua força individual se amplia quando unida à força individual do outro e que, desta forma, possuem juntos um grande poder. Assim, a figura do capitalista se torna completamente supérflua. Como confirma o depoimento de economista Julio Gambina, em outro documentário sobre empresas recuperadas:

“Porque em geral se tem uma imagem de que a riqueza é gerada pelo trabalho mas também pelo capital, o que quer dizer que o capitalista é necessário assim como o empresário é necessário: sem o empresário capitalista (seja numa empresa privada ou em uma empresa estatal), sem o empresário gestor não é possível ter uma empresa... Bem, a empresa recuperada demonstra simplesmente o que não é necessário explicar teoricamente, se vê, se visualiza,

⁸ Para mais informações: <http://www.inaes.gov.ar>

⁹ Moeda Argentina, em 2004 equivalente ao real.

¹⁰ Tradução da sinopse do documentário feita livremente.

que é desnecessária a função do capitalista, a função do capital, a função do empresário.” (GAMBINA apud CASTRO, 2003)¹¹

Estas cooperativas, nascidas do processo de falência das empresas, compõem também no Brasil um movimento político pelo fim da subordinação ao capital. Em 1994 estes empreendimentos autogestionários fundaram a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – Anteag (SINGER, 2002 A, pp.91).

Um outro tipo de cooperativas que tem crescido no Brasil, é a cooperativa popular, geralmente criada com o apoio de programas governamentais de geração de trabalho e renda e das ITCP's – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, ligadas a Universidades. Estas cooperativas não nascem de uma luta política pelo direito ao trabalho, como acontece na constituição das cooperativas de massa falida, mas representam um movimento político à medida que se unem em suas regiões e pressionam o poder público por melhores condições de trabalho.

As cooperativas populares, os empreendimentos autogestionários e outras associações solidárias compõem a chamada “Economia Solidária¹²”, que tem como princípio fundamental a não separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo (SINGER, 2002 B).

Atualmente, as ITCP's e a Anteag e os correspondentes empreendimentos que as formam estão realizando muitos eventos conjuntos, como fóruns, cadastramento dos empreendimentos solidários, encontros de formação, entre outros. Estas ações apontam para a concretização de uma rede da economia solidária, que possibilitaria aos empreendimentos também a comercialização segundo os princípios da economia solidária.

No início do governo Lula, a Economia Solidária ganhou uma secretaria no Ministério do Trabalho, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, que tem como objetivos “fortalecer e divulgar a economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário; bem como, viabilizar e coordenar atividades de apoio

¹¹ Tradução de depoimento feita livremente.

à economia solidária em todo território nacional”(OFÍCIO SENAES/MTE Nº 49/2005)¹³.

Para o cooperativismo esta secretaria significa um reconhecimento, mas não a melhora efetiva das condições em que se encontram as cooperativas populares brasileiras. Em audiência pública da SENAES, realizada no Fórum Social Mundial 2005 a então vice-secretária Sonia Kruppa afirmou que o orçamento da secretaria é muito restrito, mas disse que é preciso apostar no diálogo com outros ministérios, pois a economia solidária compete à educação, ao meio-ambiente... e não só ao trabalho. A “economia solidária” talvez possa se sentir representada por este governo, mas a necessidade de ser movimento está longe de deixar de existir.

Assim como na Argentina, existe no Brasil uma vertente institucionalizada do cooperativismo representada pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, que tem sedes em vários estados do Brasil. Na concepção da OCB, o cooperativismo não é necessariamente uma forma de organização de trabalho que se opõe ao sistema capitalista ou que pelo menos busque por alternativas. Em artigo¹⁴ elaborado para o 3º. seminário de tendências do cooperativismo contemporâneo da OCB, Neto considera as políticas neo-liberais como um re-arranjo econômico que favorece competição e sofisticação tecnológica e conseqüentemente resulta em uma redução do papel do Estado no oferecimento de serviços públicos. O cooperativismo, neste contexto, Neto concebe como uma forma de gerar além de emprego e renda, serviços de saúde e educação, sendo portanto comparável ao terceiro setor.

A análise conjuntural conformista e acrítica feita por Neto e assumida pela OCB evidenciam que na vertente desta organização o cooperativismo é concebido como apenas mais uma forma de organizar uma empresa no contexto capitalista.

No cooperativismo, assim como em todos outros movimentos se observam várias tendências. Aqui destacamos apenas as mais confrontantes, para situar no contexto brasileiro e argentino quais são as entidades e os movimentos que assumem o cooperativismo como uma possibilidade de emancipação.

¹³ Disponível em: <http://www.al.ce.gov.br/videocon/oficiosemaes.htm>

¹⁴ NETO, Sigismundo B. Cooperativismo é economia social, um ensaio para o caso brasileiro. Disponível em: http://www.ocb.org.br/programas_eventos/sem_tend_04/docs/CooperativismoehEconomiaSocial.pdf

6. Cooperativismo e educação formal na Argentina

6.1 Legislação

A Argentina busca implementar políticas de incentivo ao cooperativismo na educação desde de 1884, através da lei N° 1420, artigo 42 inciso 4°, que define a seguinte função para o conselho escolar do distrito “Promover, por meios que julgar convenientes, a fundação de sociedades cooperativas de educação e de bibliotecas populares do distrito”. É curioso que se fala da educação relacionada ao cooperativismo antes mesmo de existir uma legislação própria para a constituição dos empreendimentos cooperativos. A primeira legislação para regulamentar as cooperativas é criada somente em 1926, na Argentina: A lei de cooperativas 11.388.

Em relação a legislação para o ensino cooperativista, se observa um avanço em 1964 com a sanção de uma importante lei da educação: lei 16.583 – Ensino do cooperativismo (ANEXO 2). Esta declara de grande interesse nacional o ensino dos princípios do cooperativismo; Prevê a elaboração de normas, através do Ministério da Educação, para inclusão do ensino teórico-prático do cooperativismo nos planos escolares; Prevê também a implantação deste ensino nos estabelecimentos educativos que são de responsabilidade da província.

A partir desta legislação, quase todas as províncias elaboraram suas regulamentações específicas para o ensino do cooperativismo nas escolas. Mas, durante os anos em que o país esteve sobre regime ditatorial, as leis que versavam sobre a educação cooperativa não foram cumpridas. Estas foram retomadas após a reconquista da democracia, em 1983 (ALVAREZ, 2003).

Junto com a retomada da legislação cooperativista se observa, em algumas províncias, a criação de fundos para viabilizarem economicamente a inserção do ensino de “cooperativismo” na escola. Entre estas, citamos a criação do fundo para a educação e promoção cooperativa da província de Entre Rios L. 23427, de 15/10/1986 e, a criação do fundo da província de Córdoba, regulamentado pela lei provincial n°. 7734, de 1º. de dezembro de 1988, “cujos recursos estão destinados a financiar programas para o ensino teórico-prático do cooperativismo escolar, nos estabelecimentos públicos e privados pertencentes à província” (Proposta Pedagógica de Córdoba, 2001).

Mas, como observa a pesquisadora Claudia Alvarez (2003), apesar da importante legislação que acompanha o processo de ensino cooperativista na Argentina,

este prosperou em poucas regiões. A inclusão do tema “cooperativismo” nos planos escolares ocorreu em algumas escolas de forma vaga, como o valor da cooperação a ser estimulado.

Mesmo não sendo efetiva a implementação das determinações legais a respeito do ensino cooperativista em todo território nacional, é interessante observar a existência de cursos regulares de cooperativismo em nível técnico e superior (Licenciatura em Cooperativismo e Mutualismo), que formam profissionais habilitados para o trabalho junto às cooperativas, bem como para o ensino formal do cooperativismo. Ou seja, a não implementação da legislação, na educação básica, não se justifica por falta de profissionais capacitados.

Citamos por último o decreto mais recente em relação a esta temática, que data de 16 de maio de 2003 (Decreto 1171/2003) (ANEXO 3), o qual “declara de alto interesse o ensino teórico e prático, nos estabelecimentos educativos públicos e privados, os princípios do cooperativismo e do mutualismo. Promoção da constituição de cooperativas escolares. Participação do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia e do Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social”.

6.2 A proposta pedagógica cooperativista da província de Córdoba

Para analisar o ensino cooperativista teórico e prático na Argentina, que como já mencionado, não é uma realidade em todas as províncias, nos concentraremos na experiência da província de Córdoba. Para tal análise nos valeremos de dados oferecidos por uma das coordenadoras do projeto de implementação do ensino teórico e prático do cooperativismo na escola, Griselda Maria Gallo de Rovetto. Além disso analisaremos também o documento intitulado “Cooperativismo e Mutualismo¹⁵ Escolar – Proposta Pedagógica”, de 2001 (ANEXO 4), do qual Griselda de Rovetto é uma das autoras.

Esta proposta pedagógica é um projeto que prevê a implementação do ensino cooperativista nas escolas da província, onde atuam conjuntamente o ministério provincial da educação e os órgãos responsáveis pelo fomento ao cooperativismo e mutualismo. Esta equipe intersetorial tem como função “planejar, implementar e supervisionar o projeto; Analisar e reconfigurar os materiais que estão sendo utilizados; Colaborar com a organização de eventos; Realizar diagnósticos; Assessorar e organizar a capacitação docente.” (Cooperativismo e Mutualismo Escolar – Proposta Pedagógica, 2001, pp 10-11)

O cooperativismo escolar descrito no mencionado documento se inspira na experiência francesa, onde a construção de associações cooperativas por alunos e professores se origina, após a 1ª. Guerra Mundial. Esta organização permitiu a reconstrução da escola e de outras necessidades através de uma nova compreensão de educação. Os princípios adotados eram originários de Rochdale.

O objetivo inicial do projeto consiste em inserir o ensino da história e dos princípios cooperativistas na escola, bem como a sua prática. O objetivo final do projeto consiste na criação das cooperativas escolares pelos próprios alunos, onde os alunos, além da experiência de gestão de um empreendimento produtivo próprio, sem fins lucrativos, passam a participar mais ativamente nas decisões de gestão da escola.

“A incorporação do cooperativismo e mutualismo no âmbito escolar pressupõe resignificação de aprendizagens, criação de cenários para a construção de

¹⁵ A “mutual” é definida no documento mencionado como uma organização parecida com a cooperativa: “associação constituída livremente, sem fins lucrativos, por pessoas inspiradas na solidariedade, com o objetivo de se ajudar reciprocamente frente a eventuais riscos ou de fortalecer seu bem estar material ou espiritual mediante uma contribuição voluntária.” (tradução feita livremente).

novas normas de convivência, de novos estilos de gestão e de condições institucionais para o tratamento de certos conteúdos que estão relacionados com o crescimento social da escola, com a prática produtiva, como os empreendimentos coletivos e com habilidades comunicativas.” (Cooperativismo e Mutualismo Escolar – Proposta Pedagógica, 2001)

Este percurso, desde a inserção do tema “cooperativismo” na escola, até a adoção da prática cooperativista, será ilustrado com exemplos concretos extraídos de uma entrevista realizada com a assessora em cooperativas escolares da secretaria de educação da província de Córdoba, uma das autoras da mencionada proposta pedagógica, Griselda María Gallo de Rovetto, e da pesquisa realizada sobre o assunto por Claudia Alvarez (2003).

Em primeiro lugar, os autores da proposta pedagógica (2001) pontuam que é necessário refletir sobre o modelo de gestão utilizado na escola pois, a decisão de iniciar uma cooperativa escolar transforma certamente o conjunto da organização escolar. Os autores sugerem inicialmente a criação de um espaço de discussão sobre o tema para a construção coletiva de inclusão desta proposta no projeto pedagógico da escola.

Para a inclusão formal desta proposta no projeto pedagógico os autores apontam três caminhos: 1. Como um modelo de aula cooperativa; 2. Como um eixo transversal; 3. Como projeto de integração disciplinar.

É possível observar uma gradação nestas três possibilidades para incluir o cooperativismo na escola, sendo que a inclusão através da implementação de um “modelo de aula cooperativa” altera pouco o funcionamento tradicional da escola, pois depende da atuação individual do professor para se adaptar ao novo modelo. A aula cooperativa definida na proposta pedagógica cordobesa pode ser dividida nas seguintes etapas: 1. Planejamento da tarefa, da meta e da atividade e estipulação de tempos; 2. Atribuição de tarefas e responsabilidades diferenciadas, rotativas e complementares; 3. Organização do grupo para aprendizagens teóricos e práticos. Nestas, o docente guia e acompanha o processo e favorece a integração dos membros dos grupos.

Já a construção de um “projeto de integração disciplinar” significa uma ruptura grande com a organização pedagógica tradicional - baseada no ensino fragmentado e dissociado das diversas disciplinas escolares (Matemática, Língua, História, Geografia, Ciências Naturais, Educação Física e Artes)-. A integração disciplinar demanda o diálogo entre docentes das diversas áreas, um planejamento coletivo e uma coordenação

efetiva deste processo como um todo. Uma proposta de “projeto de integração disciplinar”. Extraída da Proposta Pedagógica Cooperativista de Córdoba (2001), pode ser visualizada no quadro¹⁶ abaixo.

Articulação dos Conteúdos no Projeto Cooperativo. Exemplo para o último ano do Ensino Geral Básico - E. G. B 2 e/ou primeiros anos do E. G. B. 3.						
Denominação do projeto	Processo Produtivo	Articulação dos Conteúdos				
		Ciências Sociais	Ciências Naturais	Língua	Matemática e Física	Form. Ética e Cidadã
“Juntos é melhor”	Elaboração de doces, marmeladas, geléias e frutas cristalizadas caseiras	Historia do cooperativismo, origem, localização geográfica de “Rochdale”	Propriedades dos alimentos (açúcares) com relação à saúde. Processos metabólicos dos açúcares.	Meios de difusão: folders e folhetos	Cálculos financeiros.	Grupos, papéis sociais, status.
	↓ Comissão de produção da Cooperativa Escolar	As correntes de imigração e a cultura do imigrantes, sua influência na Argentina	Uso de conservantes e seus riscos	Redação de atas e estatutos	Sistema monetário e financeiro atual	Sujeito, Necessidades, interesses e sociedade.
	↓ Prática que integra conhecimentos instrumentais, interativos e crítico-reflexivos.	Diferenças entre Cooperativismo Liberalismo e Marxismo	Processos bioquímicos na produção dos alimentos. Prevenção da saúde.	Distinção entre textos publicitários e textos educativos	Medidas de peso e tempo	Convivência e participação democrática
				Comunicação verbal e não verbal. Desenvolvimento das atividades para o diálogo.	Intrumentos de peso e media e seu uso	Normas e leis. Direitos e deveres.
					Proporcionalidade, Frações Estatísticas	Autoritarismo e Democracia.
						Organização estatal, privada e cooperativa.
Educação dos Valores: Solidariedade, Cooperação, Respeito pela Pluralidade, Respeito pela Diversidade						

Como se pode observar, no planejamento apresentado acima se objetiva a produção de doces, de marmelada e de frutas cristalizadas. A ação de produzir deve ser desenvolvida autonomamente pelos alunos, organizados em cooperativas. O estudo e a pesquisa que demanda este processo de produção será abordado nas mais diferentes áreas e coordenado pelos respectivos professores.

¹⁶ Tradução do espanhol para o português feita livremente.

Todo este percurso é acompanhado pela noção de que é necessário

“...incorporar às práticas pedagógicas o conceito de trabalho como atividade socialmente produtiva, onde os alunos aprendem a aprender e a empreender a partir do planejamento de situações problemáticas extraídas da realidade e do desenvolvimento de estratégias para resolvê-las...” (Cooperativismo e Mutualismo Escolar – Proposta Pedagógica, 2001)

Neste sentido, os alunos são progressivamente incluídos no planejamento das atividades a serem desenvolvidas na escola, que têm como resultado a produção de um produto final. Este produto, que poder ser de qualquer natureza (agrícola, artesanato, culinário...) demanda, para a sua construção, que o aluno consiga inter-relacionar os mais diversos conhecimentos das disciplinas escolares. Assim, quando o ensino cooperativista está integrado à prática cooperativista, as disciplinas escolares terão que também estar necessariamente integradas.

Como exemplo concreto Griselda Rovetto mencionou escolas que, em um dia da semana, param o estudo e a pesquisa em sala de aula para realizarem uma grande oficina, na qual será produzido o produto que já tinha sido projetado interdisciplinarmente. Em Córdoba existem atualmente 45 escolas que têm cooperativas escolares formadas pelos alunos. Estas cooperativas obedecem à classificação usual de cooperativas de produção, consumo e/ou de serviços¹⁷.

Claudia Alvarez (2003) menciona uma cooperativa escolar, que produz produtos agrícolas e culinários: ovos, leite, pão, doces. Estes produtos abastecem o refeitório da escola e o diretor reverte o dinheiro que recebe para sustentar o refeitório para a cooperativa de alunos. Os alunos definem em assembléia onde investir este dinheiro. Os alunos associados a cooperativa têm uma cota parte simbólica de 10 centavos por mês. O objetivo da cooperativa escolar não é produção de excedente para a divisão entre os sócios, mas a prática da autogestão como objetivo pedagógico. Assim, os alunos, além de administrarem seu próprio negócio, constroem uma relação direta com a gestão da escola.

Os autores da proposta pedagógica de Córdoba (2001) ressaltam ainda que é fundamental se pensar um processo de avaliação para este projeto, visto que está

¹⁷ A formalização de uma cooperativa escolar prescinde dos requisitos firmados no artigo 4º. da resolução 0504-00119/00 (ANEXO 4).

formalmente integrado à proposta pedagógica da escola. Para tanto sugerem a avaliação do processo como um todo, a avaliação dos produtos e a avaliação de conteúdos específicos de cada área de ensino.

Pode-se dizer que esta proposta pedagógica compartilha algumas concepções com teorias educacionais que começaram a ser elaboradas a partir do século XX, onde se buscava a superação do modelo tradicional de educação¹⁸. A partir do movimento precursor “Escola Nova” surgiram várias teorias argumentando a importância do aluno no centro do processo educativo e reclamando sua participação mais ativa na escola (HAYDT, 1997).

Certamente, a proposta em análise responde a este anseio, mas acreditamos que ela vai ainda além, a medida que se posiciona proativamente em um contexto de desemprego e precarização do trabalho. Esta proposta oferece uma alternativa a esta realidade, pois concebe o trabalho não como mero emprego, mas em sua dimensão mais ampla: *como forma de produção dos próprios meios de existência (Marx)*. Assim, aos alunos é dada a possibilidade de se associarem autonomamente para criarem suas condições de trabalho; de praticarem a autogestão; criando assim uma outra relação entre formação escolar e mundo de trabalho e abrindo uma perspectiva real e concreta de inserção no mundo do trabalho.

A construção de relações de trabalho distintas das relações do mercado tradicional, prescinde de um processo educativo, onde os educandos possam vivenciar estas relações diferenciadas, como já apontava Owen em 1848 “Para realizá-la [a cooperativa] é necessária uma grande atividade educativa. Até agora ninguém foi educado de acordo com os princípios que permitam proceder unificadamente, salvo para defender-se ou para destruir a outros. Uma necessidade igualmente imperiosa obrigará agora os homens a educarem-se para agir em conjunto, para criar e manter.” (OWEN appud BUBBER, 1971 pp.34)

É claro que, apesar de muito importante, esta proposta pedagógica não dá conta de resolver a contradição do sistema de produção capitalista, o trabalho assalariado por um lado e o capital por outro, que no contexto atual conta com uma oferta de emprego muito pequena e um exército de mão de obra qualificada. Como exposto no capítulo 5, esta situação é decorrente de uma conjuntura econômica e política neoliberal e a

¹⁸Este modelo tradicional de educação Freire denomina de “educação bancária”, pois o processo educativo consiste no depósito do conhecimento do professor na cabeça dos alunos.

mudança desta situação depende da mudança desta conjuntura, mas talvez seja esta uma contribuição possível e válida que a escola possa dar.

7. Cooperativismo, educação formal e popular no Brasil

O Brasil, diferentemente da Argentina, não possui uma estrutura legal que favorece a inserção de “cooperativismo” na educação formal. Não existe portanto nenhuma proposta de ensino sistemático ou da prática sistemática de cooperativismo nas escolas, mas não se pode deixar de mencionar que, com o crescimento do movimento, já existem algumas aproximações entre escola e “cooperativismo”.¹⁹

Uma dessas aproximações se dá através da própria cooperativa que, buscando o maior contato com a comunidade onde está inserida, procura a escola para a realização de projetos em conjunto. Estes podem ser diretamente ligados aos valores cooperativistas e à prática de autogestão ou, podem ter um outro tema como eixo central, como a questão da reciclagem, do meio-ambiente, mas que, mesmo assim, favorecem o contato da escola com um empreendimento que tem um outro modo de produção.

Através das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCP's acontece também uma aproximação entre cooperativa e Universidade. O trabalho das ITCP's consiste em acompanhar sistematicamente o processo de construção de algumas cooperativas, período chamado de “incubação do empreendimento autogestionário”. Este acompanhamento é realizado por uma equipe multidisciplinar, que comporta seis áreas: Saúde e Meio Ambiente, Planejamento Econômico, Comunicação e Artes, Processos Pedagógicos, Produção e Tecnologia, e Dinâmica das Relações Humanas. Neste contato o conhecimento acadêmico das diversas áreas é colocado em choque com uma realidade pobre, geralmente desconsiderada nas pesquisas de novas tecnologias ou na elaboração teórica de modelos econômicos, mas que é a realidade da maior parte da população brasileira.

As ITCP's, através do contato Universidade e cooperativa, abrem a um novo campo de pesquisa nas áreas de tecnologia social, educação popular, entre outros. Este

¹⁹ No Brasil observou-se, desde os últimos 10 anos, um aumento do número de escolas particulares que estão registradas como cooperativas. Isto não significa, como afirma Gabbi (2001, pp.34) em sua dissertação de mestrado, que estas escolas façam parte do movimento cooperativista ou que desenvolvam o cooperativismo como prática pedagógica. Não existe no Brasil nenhuma proposta pedagógica cooperativista que propõe a gestão coletiva como uma prática pedagógica, como é o caso da proposta da província de Córdoba. As escolas particulares brasileiras, que são legalmente registradas como cooperativas começam a se organizar em encontros estaduais e nacionais para construir uma identidade comum, mas ainda não é possível definir claramente qual é o objetivo comum destas instituições, conforme afirma Gabbi (2001, pp. 34). Não analisaremos mais detalhadamente esta questão por entender que as escolas particulares legalmente consideradas cooperativas não fazem parte de um movimento cooperativista que busca alternativas ao sistema de produção capitalista.

contato expressa então uma concepção emancipadora da extensão universitária onde, conhecimento e sociedade devem influenciar-se mutuamente para a construção de soluções válidas para as camadas historicamente pouco beneficiadas com o conhecimento acadêmico.

Uma outra forma de aproximação entre educação formal e cooperativismo é através da inserção dos próprios cooperados nos espaços de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Grande parte das cooperativas populares²⁰ brasileiras são formadas por pessoas que não tiveram oportunidade de concluir o ensino básico em idade escolar e o fazem em idade adulta. O retorno dos cooperados à escola é comumente um objetivo da cooperativa, que compreende a formação educacional de seus sócios como uma melhora do empreendimento como um todo.

Esta relação entre ensino formal e cooperativismo, que começa a ser percebida no Brasil, é confirmada pela recente publicação do Ministério da Educação em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária *“Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos”* (KRUPPA, 2005), onde é afirmado *“O que se observa com a busca de uma outra lógica de geração de emprego e renda, como no caso das experiências ligadas à Economia Solidária, é que a EJA tem um papel fundamental nesse processo, não apenas no sentido de contribuir para que os jovens e adultos coloquem-se diante das relações capital e trabalho por outro prisma, mas também, porque esse pode ser o caminho de mudanças dos próprios prismas da escolarização para esses alunos”* (IRRELAND in KRUPPA, 2005, pp.98).

Neste sentido, a aproximação do EJA com o movimento cooperativista pode favorecer a criação de novas perspectivas para este ensino que, como afirma IRELAND tem:

“a necessidade de responder a um grande vácuo existente nas propostas curriculares, no que tange ao distanciamento entre essas e o mundo de trabalho. Embora no Plano Nacional de Educação (PNE) e na LDB (Lei no. 9394/96), esteja explícita a necessidade de vinculação do ensino fundamental para jovens e adultos à formação para o trabalho, isso não tem ocorrido na prática. No

²⁰ Cooperativas populares são empreendimentos autogestionários geralmente formados com apoio do poder público e das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), ligadas à Universidades. Não é possível oferecer um dado sobre a quantidade destes empreendimentos porque o cadastramento dos mesmos ainda está sendo realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

máximo, o que se observa são práticas aligeiradas de treinamento profissional, as vezes vinculadas à elevação de escolaridade” (IRELAND appud KRUPPA, 2005, 00. 97).

Estas ainda pequenas aproximações entre cooperativismo e ensino básico em geral, cooperativismo e Educação de Jovens e Adultos – EJA e cooperativismo e Ensino Superior, podem ser interpretadas como o começo da inserção da educação popular no ensino formal. É um início, porque no Brasil, o tema cooperativismo ainda não compõe o currículo oficial, mas talvez a educação brasileira possa aprender com a experiência Argentina e aproximar mais sentidos populares à educação formal. Este desejo expressa também Frei Betto:

“Hoje em dia há toda uma discussão se a escola formal comporta a educação popular. Penso que isso é muito difícil dentro da camisa-de-força do currículo oficial, da exigência de se cumprir um programa ensino no limite de oito ou nove meses por ano. Haveria que subverter essa escola, introduzir novos conteúdos didáticos, redimensionar o tempo curricular, vincular teoria à práxis social, e isso é quase impossível dentro do atual sistema escolar brasileiro.” (FREIRE e BETTO, 1986, pp. 76)

Em uma análise comparativa entre o sistema educacional brasileiro e argentino, no tocante a inserção do “cooperativismo” na escola, se pode afirmar que, enquanto a Argentina possui uma estrutura legal que sustenta, inclusive financeiramente, a inserção desta temática no ensino formal, o que possibilita a realização de iniciativas muito interessantes – conforme análise da proposta pedagógica da província de Córdoba – no Brasil se observa o caminho inverso: é a expansão do movimento cooperativista e sua aproximação com a escola que começa a pautar algumas questões novas referentes à perspectiva do ensino, principalmente do Ensino de Jovens e Adultos.

Enquanto estes contatos entre cooperativismo e ensino formal não são assumidos, é fundamental destacar ação educativa, que acontece dentro do movimento cooperativista, longe da escola. Esta educação poder ser denominada também de educação popular, cujo precursor foi Paulo Freire. A educação popular nasceu fora da escola, em um contexto histórico em que o processo educativo era tido como um

processo neutro, meramente objetivo. Assim, a educação popular nasce como uma educação que tem, necessariamente, um posicionamento político. Este posicionamento é contra-hegemônico, a favor da classe trabalhadora, dos oprimidos. Nesta concepção também o conhecimento não é neutro, mas historicamente situado e socialmente construído.

As primeiras experiências de educação popular, coordenadas por Paulo Freire, consistiam na alfabetização de adultos através de uma leitura política de mundo. Logo, estas experiências foram expandidas para os mais diversos projetos sociais, envolvendo arte, educação em presídios, combate às mais diversas formas de opressão, entre outros.

O processo de formação de uma cooperativa envolve um complexo processo educativo, onde os cooperados, muitas vezes oriundos de um sistema de educação tradicional, do mercado de trabalho tradicional e de outros espaços - onde imperava uma lógica instituída, de submissão, na qual tinham pouca possibilidade de participação e decisão - precisam desconstruir suas certezas e tentar, junto com o grupo, eleger novos valores e práticas.

Este processo educativo popular é em alguns momentos coordenado por integrantes das entidades que prestam apoio aos empreendimentos autogestionários, como as ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) e a Anteag; E, muitas vezes, a formação educativa tanto dos cooperados quanto das pessoas que trabalham junto com as cooperativas se dá de forma assistemática, em espaços de democracia participativa, através da organização e realização de manifestações, protestos, e na luta diária, nas mais diversas instâncias, pelo direito a este tipo de trabalho.

Nestes lugares se evidencia uma importante dimensão da educação popular, a prática cidadã pela luta para a diminuição da distância entre os direitos formais e reais e a não separação entre conhecimento e prática.

Nos espaço, onde o movimento cooperativista se constrói, constrói seus valores e sua dinâmica de relacionamento, através de sua gestão autônoma, se expressa a importância do cooperativismo atual para uma possível mudança social, pois, como definimos em Castoriadis (1999) anteriormente, a cooperativa pode ser uma instância da verdadeira política: *“reflexão coletiva, lúcida e expressão do projeto de autonomia”* (CASTORIADIS, 1999, pp. 128).

8. Conclusão

Demonstramos, na primeira parte deste trabalho, como uma lógica utilitária baseada na dominação do tempo, na exploração do meio ambiente e do trabalho foi gestada desde a Idade Moderna; Analisamos como, dentro desta lógica, se desenvolveu uma idéia de progresso e, como esta dá origem à primeira Revolução Industrial. E assim, contextualizamos como o cooperativismo se colocou historicamente como uma alternativa à um modelo político e econômico.

Assumimos na introdução teórica que o poder coletivo dos trabalhadores foi historicamente expropriado e que em lugar deste foi construído um poder despótico e uma estrutura hierárquica que domina o espaço do trabalho, da educação e de outros lugares onde os sujeitos vivem. Afirmamos também que a constituição subjetiva dos sujeitos está necessariamente relacionada à vivência social coletiva; E assim, podemos constatar em Rozitchner e em Freud que os sujeitos que viveram dentro de uma estrutura social comunitária são necessariamente diferentes daqueles que se constituíram dentro de uma estrutura hierárquica, da qual o sistema capitalista (em suas diversas fases) é um exemplo.

O cooperativismo pode significar uma possibilidade de recuperação deste poder expropriado, na medida em que esta tarefa é assumida como um desafio constante de construção de outras formas de relacionamento, de outros valores e principalmente, de combate ao sentido despótico que cada um carrega dentro de si. A única forma para a construção desta outra realidade é a construção coletiva; a experimentação de formas de convívio, trabalho e educação coletivas e a avaliação, também coletiva. E, como afirmamos em Castoriadis, não se deve pretender, com estas práticas, o desenvolvimento de uma fórmula exata para a construção de uma nova realidade, apenas é necessário que se seja coerente na prática com aquilo que se construiu na teoria.

Apresentamos então a estrutura legal Argentina que possibilita e viabiliza economicamente a introdução do cooperativismo teórico e prático no ensino formal. Analisamos a proposta pedagógica cooperativista elaborada e praticada na província de Córdoba e constatamos que esta realmente propõe, em alguns momentos, a substituição da autoridade do professor pela gestão coletiva de seus alunos. Na proposta os autores admitem que a prática da autonomia coletiva dos alunos altera, necessariamente, a organização e administração tradicional da escola.

Em uma análise comparativa entre o sistema educacional brasileiro e argentino, no tocante a inserção do “cooperativismo” na escola, concluímos que, enquanto a Argentina possui uma estrutura legal que sustenta, a inserção desta temática no ensino formal, o que possibilita a realização de iniciativas muito interessantes, no Brasil se observa o caminho inverso: é a expansão do movimento cooperativista e sua aproximação com a escola que começa a pautar algumas questões novas referentes à perspectiva do ensino, principalmente do Ensino de Jovens e Adultos.

Demonstramos também estas práticas de gestão e construção coletiva nas diversas esferas do movimento cooperativista ou de movimentos ligados a autogestão, e como esta prática torna supérflua a existência de qualquer tipo de poder despótico que queira se impor. Concluímos que estas práticas, construídas dentro da escola ou dentro dos movimentos cooperativistas denotam um processo educativo, que tem necessariamente o sentido político de contestação das estruturas hierárquicas e da construção de processos autônomos .

Concluímos então, em Castoriadis que

“Querer a autonomia supõe querer certos tipos de instituição e rechaçar outros. Mas isto implica também querer um tipo de existência histórica, de relação com o passado e com o futuro. Uma e outra, a relação com o passado e a relação com o futuro, terão de ser recriadas” (CASTORIADIS, 1999, pp.149).

Tentamos neste percurso estabelecer uma outra relação com o passado, percebendo como historicamente se construíram relações que favoreceram a construção de instituições heterônomas. Em relação ao futuro só posso assumir que a responsabilidade da construção de uma outra relação também é minha e que, conforme discutido no decorrer do texto, não é possível ainda afirmar a importância econômica do cooperativismo, lado ao capitalismo. Mas, como vivência coletiva e possibilidade de emancipação o cooperativismo tem grande importância. Sim!

9. Referências Bibliográficas:

- ALVAREZ, Claudia, **Las Cooperativas escolares para la construcción de procesos autónomos**, artigo publicado no III encontro de investigadores Latino-americanos de cooperativismo, UNISINOS, São Leopoldo - RS, Brasil, 28-30 de abril de 2004
- BOOKCHIN, Murray. **La matriz social de la tecnología**. In: La ecología de la libertad – El surgimiento y la disolución de la jerarquía. Buenos Aires: Nossa y Jara Editores, 1999
- BUBER, Martin, **O socialismo utópico**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971
- CASTORIADIS, Cornelius, **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- CASTORIADIS, Cornelius, **Figuras de lo pensable**. Madrid: Cátedra, 1999
- COOPERATIVISMO Y MUTUALISMO ESCOLAR EN LA PROVÍNCIA DE CÓRDOBA COMO PROPUESTA PEDAGÓGICA. Córdoba, 2001
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE e BETTO, Paulo e Frei. **Essa escola chamada vida – depoimentos ao reporter Ricardo Kotscho**. São Paulo: Ática, 1986
- GABBI, Elisabete Vincensi. **A cooperativa educacional e seus dilemas: trajetória institucional e histórica da Escola Cooperativa de Piracicaba**. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas – SP: 2001.
- GEDIEL, José A. (org.) **Os caminhos do cooperativismo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001
- HAYDT, Regina C. C. **Curso de didática geral**. São Paulo: Ática, 1997
- HELLER, Pablo. **Fábricas Ocupadas – Argentina 2000-2004**. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 2004
- HOBBSBAWM., Eric. **A era das Revoluções**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KRUPPA, Sonia M. P. (org.). **Economia Solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: INEP/MEC, 2005
- LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou revolução**. Editorial Estampa: Lisboa, 1970.
- MARCUSE, Herbert. **Razón y Revolución – Hegel y el surgimiento de la teoría social**, Madrid: Alianza Editorial, 1971.
- MARX, Karl. In: **Inaugural Address of the international Working Men's Association**, 1864, pp. 79 – 80

MUMFORD, Lewis, **Paraíso paleotécnico: Coketown**. In: A cidade na história, São Paulo: Martins Fontes, 1998

MUMFORD, Lewis. **Capítulo 1: Preparación cultural**. In: Técnica y civilización, Madrid: Alianza, 1982.

NETO, Sigismundo B. **Cooperativismo é economia social, um ensaio para o caso brasileiro**. Disponível em: http://www.ocb.org.br/programas_eventos/sem_tend_04/docs/CooperativismoehEconomiaSocial.pdf

OAKLEY e CLAYTON, Peter e Andrew. **Monitoramento e avaliação do empoderamento**. São Paulo: Instituto Polis, 2003

RAPOPORT, Mario. **Historia econômica, política y social de la Argentina (1880-2000)**. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2003

ROZITCHNER, León. **Freud e o problema do poder**. Tradução de Marta Maria Okamoto e Luiz Gonzaga Braga Filho. São Paulo: Escuta, 1989.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.), **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002

SENNETT, Richard, **Carne y piedra. El cuerpo y la ciudad en la civilización occidental**, Madrid: Alianza, 1997.

SINGER, Paul, **Economia Solidária**. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.), **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002 A

SINGER, Paul, **Introdução à Economia Solidária**, São Paulo: Ed. fundação Perseu Abramo, 2002 B

10. Outras Referências:

CASTRO, Carlos. **Abierto por quiebra**, documentário, 53 minutos, La Plata, Argentina, 2003. (Apresentado no 11°. Festival Latinoamericano de Video Rosario, 2004)

DORIA, Darío. **Grissinopoli – el país de los grisnes**, documentário, 80 minutos, Buenos Aires, Argentina, 2004. (Apresentado no 11°. Festival Latinoamericano de Video Rosario, 2004)

Os Princípios do Cooperativismo, aperfeiçoados pelos tecelões “Pioneiros de Rochdale” foram aprovados e incorporados ao Estatuto Social da Cooperativa criada no ano de 1844 e reformulados nos Congressos de 1937, 1966 e 1995 da Aliança Cooperativa Internacional ACI, constituindo-se hoje nas linhas orientadoras para as cooperativas levarem os seus valores à prática.

Os congressistas, representando cooperativistas do mundo inteiro, em 1995, afirmaram os seguintes princípios do Cooperativismo:

1 - Adesão voluntária e livre

As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, social, racial, política e religiosa.

2 - Gestão democrática pelos membros

As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); e as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

3 - Participação econômica dos membros

Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a um ou mais dos seguintes objetivos:

- a) desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível;
- b) benefício aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa;
- c) apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4 - Autonomia e independência

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia das cooperativas.

¹ Disponível em: <http://www.ica.coop/ica/pt/ptprinciples.html>

5 - Educação, formação e informação

As cooperativas promovem a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6 - Intercooperação

As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7 - Interesse pela comunidade

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Ley 16.583 - Enseñanza del Cooperativismo

Buenos Aires, 30 de octubre de 1964

Artículo 1º: Declárase de alto interés nacional la enseñanza de los principios del Cooperativismo.

Artículo 2º: El Poder Ejecutivo, por intermedio del Ministerio de Educación y Justicia, dictará las normas para la inclusión en los planes y programas de los establecimientos de su dependencia, de la enseñanza teórico-práctica del Cooperativismo.

Artículo 3º: El Poder Ejecutivo, por los organismos de coordinación correspondientes, interesará a los gobiernos de las provincias para la implantación en los establecimientos educacionales, de sus respectivas jurisdicciones, de la enseñanza del Cooperativismo.

Artículo 4º: Comuníquese al Poder Ejecutivo.

Téngase por Ley de la Nación

Arturo Illia.

Cabe mencionar que el año pasado se dictó el decreto 1171/03 que reglamentó y actualizó esta ley, ampliando su competencia al Mutualismo. Es de esperar, que antes de cumplir las cuatro décadas de existencia, se dé cumplimiento a una ley de la Nación.

COOPERATIVAS Y MUTUALES

Decreto 1171/2003

Declárase de alto interés la enseñanza teórico práctica, en los establecimientos educativos oficiales y privados, de los principios del cooperativismo y del mutualismo. Promoción de la constitución de cooperativas escolares. Participación del Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología y el Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social.

Bs. As., 15/5/2003

VISTO el expediente N° 4333/02 del registro del MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA, la Ley N° 16.583 y el Decreto N° 2176 del 28 de noviembre de 1986, y CONSIDERANDO:

Que dicha normativa declara y reglamenta la enseñanza de los principios y de la aplicación teórico-práctica del cooperativismo en los planes y programas de estudio en los establecimientos educacionales.

Que las Leyes Nros. 20.321 y 20.337, vigentes en materia de mutuales y cooperativas, priorizan la educación y la capacitación cooperativa y mutual.

Que aún subsisten jurisdicciones en las cuales no se aplica dicha enseñanza.

Que el tiempo transcurrido desde la sanción de la Ley N° 16.583, su no observancia en la práctica, hacen recomendable actualizar la reglamentación de que se trata, en orden a su trascendencia, de alto interés nacional.

Que la grave situación económico-social por la que atraviesa el país, encuentra en el cooperativismo y en el mutualismo una importante estructura asociativa que aporta una salida a la crisis y la esperanza de contribuir a la construcción de una sociedad más equitativa.

Que junto al cooperativismo, el mutualismo, con sus principios y valores, también ha acompañado el crecimiento de los pueblos desde sus albores de inmigración y colonización.

Que tanto el cooperativismo como el mutualismo, actúan en forma hermanada, en muchos casos atendiendo idénticas necesidades de la población y en otras, actuando en sus específicas funciones, determinadas por las leyes que los rigen.

Que la enseñanza de ambas doctrinas, sus principios, su teoría y su práctica, hacen necesaria su implementación en todos los establecimientos educacionales, como método pedagógico.

Que la formación de docentes y capacitadores en dichas doctrinas, constituye una razón esencial para llevar a buen fin la misión de atender el interés nacional.

Que, asimismo, resultaría conveniente que las autoridades provinciales, a través del CONSEJO FEDERAL DE CULTURA Y EDUCACION, incorporen la educación de los sistemas de cooperativas y mutuales en todos los niveles de enseñanza.

Que, además, es necesario contar con un Registro Nacional de Personerías de Cooperativas y Mutuales Escolares y realizar un censo nacional de las mismas a fin de disponer de información actualizada y permanente.

Que la DIRECCION GENERAL DE ASUNTOS JURIDICOS del MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA ha tomado la intervención que le compete.

Que la presente medida se dicta en uso de las facultades conferidas por el artículo 99, inciso 2°, de la CONSTITUCION NACIONAL.

Por ello,

EL PRESIDENTE
DE LA NACION ARGENTINA
DECRETA:

Artículo 1° — Declárase de alto interés la enseñanza teórico práctica, en los establecimientos educativos oficiales y privados, de los principios del cooperativismo y del mutualismo.

Art. 2° — El MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA deberá promover a través del CONSEJO FEDERAL DE CULTURA Y EDUCACION, la incorporación de los principios a que se refiere el artículo anterior, habida cuenta del alto interés que reviste inculcar la doctrina y los métodos cooperativos y mutuales en las nuevas generaciones de argentinos.

Art. 3° — El MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA promoverá la constitución de cooperativas escolares en los establecimientos educativos del país, en los que se imparta la Educación General Básica, Polimodal, Técnica y Terciaria.

Art. 4° — Las cooperativas escolares tendrán por finalidad la educación humanística, histórica, social, económica y cívica de los alumnos y serán integradas, conducidas y administradas por éstos, con el asesoramiento de docentes especialmente capacitados para tal fin.

Art. 5° — Créase en el ámbito del MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA una Comisión Nacional que será presidida por el titular de dicho Ministerio. Actuará como Secretario el Presidente del INSTITUTO NACIONAL DE ASOCIATIVISMO Y ECONOMIA SOCIAL (INAES). Asimismo, el CONSEJO FEDERAL DE CULTURA Y EDUCACION, la SECRETARIA DE DESARROLLO Y PROMOCION del INSTITUTO NACIONAL DE ASOCIATIVISMO Y ECONOMIA SOCIAL (INAES) y las Confederaciones Cooperativas y Mutuales, estarán representados en la citada Comisión con UN (1) integrante por cada uno de ellos. Por el MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA se invitará al HONORABLE CONGRESO DE LA NACION a designar, en representación de la Comisión de Asuntos Cooperativos, Mutuales y Organizaciones No Gubernamentales de la HONORABLE CAMARA DE DIPUTADOS DE LA NACION, y de las Comisiones de Educación de ambas Cámaras, UN (1) representante para integrar la Comisión a que se refiere el presente artículo.

Art. 6° — Dentro del plazo de TREINTA (30) días, contado a partir de la fecha de publicación del presente decreto, la Comisión que se crea por el artículo 5° deberá iniciar las actividades que se le autorizan.

Art. 7° — Serán funciones de la Comisión creada por el artículo que antecede: a) Difundir y resaltar la importancia y trascendencia del cooperativismo y mutualismo escolar como valor humanístico, histórico, social y económico y cívico de la Nación. b) Elaborar las propuestas de planes y programas de estudio y de actividades prácticas, para la enseñanza-aprendizaje en los establecimientos educativos del cooperativismo y mutualismo. c) Promover la capacitación en cooperativismo y mutualismo de los docentes responsables del desarrollo de contenidos; y acordar con los institutos de formación docente la capacitación pedagógica de los expertos en cooperativismo y mutualismo. d) Confeccionar y proveer modelos de organización y administración de cooperativas y mutuales escolares. e) Propiciar el apoyo económico financiero a las cooperativas y mutuales escolares, por parte de las entidades del sector de la economía solidaria.

Art. 8° — Las entidades cooperativas y mutuales podrán asumir el padrínazgo de cooperativas escolares y colaborar en las celebraciones del "Día Nacional e Internacional del Cooperativismo" y del "Día del Mutualismo" que se celebran el primer sábado de julio y el primer sábado de octubre, respectivamente, de acuerdo con lo que se fije en el calendario escolar respectivo.

Art. 9° — El MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA, y el INSTITUTO NACIONAL DE ASOCIATIVISMO Y ECONOMIA SOCIAL (INAES), promoverán en forma conjunta, cursos de capacitación en materia de cooperativas, mutualidades para profesores, maestros y estudiantes de los Institutos de Formación Docente bajo su jurisdicción, destinados al perfeccionamiento y actualización permanente en dichas materias.

Art. 10. — El MINISTERIO DE EDUCACION, CIENCIA Y TECNOLOGIA, y el INSTITUTO NACIONAL DE ASOCIATIVISMO Y ECONOMIA SOCIAL (INAES), conformarán un sistema de adjudicación de personería escolar, mediante la emisión de un certificado a las escuelas que hubieran optado por desarrollar cooperativas y mutuales escolares según la normativa vigente.

Art. 11. — Derógase el Decreto N° 2176/86.

Art. 12. — Comuníquese, publíquese, dese a la DIRECCION NACIONAL DEL REGISTRO OFICIAL y archívese.

— DUHALDE. — Alfredo N. Atanasof. — María N. Doga. — Graciela M. Giannettasio.

**Resolução legal que aprova a Proposta Pedagógica
Cooperativista de Córdoba**

MINISTERIO DE GOBIERNO
CORDOBA

CÓRDOBA, 21 JUN 2001

VISTO: el expediente N° 0504-00119/00, la sanción y promulgación de la Ley Orgánica de Ministerios N° 8779, su Decreto Reglamentario N° 1817/99 y la Resolución N° 2133/92 dictada por los entonces Ministro de de Educación y Cultura y de Desarrollo Social.

Y CONSIDERANDO:

Que se ha elaborado un Programa conjunto de desarrollo del Cooperativismo, mutualismo y microemprendimientos escolares a ejecutar entre las Direcciones de Fomento Cooperativo y Mutuales y la Dirección de Políticas Educativas de acuerdo a las nuevas unidades de organización y funciones de las distintas jurisdicciones.

Que es necesario establecer un canal orgánico y sistemático de coordinación, planificación, ejecución y seguimiento del mencionado programa.

Que dicho programa apunta a mejorar la calidad educativa, fortaleciendo los aprendizajes en todos los niveles del sistema educativo y promoviendo la retención escolar, a través del estímulo de las iniciativas institucionales e interinstitucionales de formación laboral y de gestión, tendientes al aprendizaje en valores y el servicio a la comunidad.

Que es preciso contar con un Registro de Cooperativas y Mutuales Escolares a los efectos de brindar asesoramiento y capacitación a los docentes guías y alumnos comprometidos en el accionar cooperativo y mutual de las Instituciones Escolares como así también favorecer el intercambio de experiencias.

Que en virtud de las disposiciones de la Ley Federal de Educación, los Acuerdos Marcos, la Ley General de Educación de la Provincia y el Pacto de Calidad Educativa de la Provincia de



151

**Resolução legal que aprova a Proposta Pedagógica
Cooperativista de Córdoba (cont.)**

Córdoba se han creado condiciones particularmente propicias para la introducción de los principios y valores cooperativos, el aprendizaje y el servicio comunitario, la formación laboral y de gestión en sistemas solidarios, tanto dentro de la institución educativa, como en la relación de coordinación entre ésta y las cooperativas y mutuales del medio.

Que en tal sentido han comenzado a programarse y realizarse actividades de acción conjunta, las que resulta conveniente enmarcar institucionalmente en un Ente de Coordinación Intersectorial, actualizando los alcances de disposiciones dictadas con anterioridad.

Por ello, y lo dictaminado por los Departamentos Jurídicos de los Ministerios de Educación y de Gobierno bajo los Números 1145/01 y 155/01,

LOS MINISTROS DE GOBIERNO Y EDUCACIÓN**RESUELVEN:**

1°.- APROBAR el PROGRAMA CONJUNTO DEL DESARROLLO DE COOPERATIVISMO, MUTUALISMO Y MICROEMPREDIMIENTOS ESCOLARES para todos los Niveles de Educación de la Provincia de Córdoba y que como Anexo Único, compuesto de 7 (siete) fojas, forma parte integrante de la presente Resolución.

2°.- CREAR una Comisión Interministerial integrada por los Directores o sus representantes de las Direcciones de Fomento Cooperativo Y mutuales y la Dirección de Desarrollo de Políticas Educativas con acuerdo de las Direcciones de Nivel del Ministerio de Educación de la provincia de Córdoba, con las funciones de Órgano de Coordinación, Planificación, ejecución y Control del mencionado Programa y cuyo lugar de funcionamiento será definido por la Comisión.

151 - 73

**Resolução legal que aprova a Proposta Pedagógica
Cooperativista de Córdoba (cont.)**

MINISTERIO DE GOBIERNO
CORDOBA

Corresponde al Expte N° 0504-00119/00

3°.- FINANCIAR las erogaciones que demanden la ejecución del Programa con los recursos correspondientes a ambas Direcciones. En el caso que corresponda imputar los mismos al "Fondo provincial para la Educación y Desarrollo del Sector Cooperativo", se deberá contar con la aprobación previa del Consejo Asesor Cooperativo y conforme con lo prescripto en la Ley N° 7734.

4°.- CREAR un Registro de Cooperativas, Mutuales y Microemprendimientos Escolares el cual funcionará en dependencias de la Dirección de Desarrollo de Políticas Educativas del Ministerio de Educación y de la Dirección de Fomento Cooperativo y Mutuales del Ministerio de Gobierno.

5°.- El Ministerio de Educación delegará el otorgamiento de la Personería Escolar en la Comisión Interministerial de Cooperativismo, Mutualismo y Microemprendimientos Escolares por Resolución de la Respectiva Dirección de Nivel.

6°.- Para que una Cooperativa, Mutual o Microemprendimiento escolar esté en condiciones de ser registrada deberá cumplir con los requisitos que a continuación se detallan:

- a) Ser formulado por un Proyecto Pedagógico.
- b) Copias (por duplicado del Acta de Asamblea Constitutiva.
- c) Cantidad de Asociados.

7°.- La denominación de cada cooperativa escolar irá seguida de la leyenda "PROYECTO PEDAGÓGICO".



151

Resolución legal que aprova a Proposta Pedagógica
Cooperativista de Córdoba (cont.)

8°.- DEJAR sin efecto en todos sus términos la resolución N° 2133/92, de los entonces Ministerios de Educación y Cultura y de Desarrollo Social.

9°.- PROTOCOLÍCESE, comuníquese, publíquese en el Boletín Oficial y archívese.

RESOLUCION

N° **151**

Dr. JUAN CARLOS MAQUEDA
MINISTRO DE EDUCACION

Dr. OSCAR FELIX GONZALEZ
Ministro de Gobierno